

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LEONARDO BRITO HERRMANN

DEMOCRACIA EM UMA EUROPA PÓS-CRISE ECONÔMICA. SEMELHANÇAS E
DIFERENÇAS NO PANORAMA POLÍTICO EUROPEU ENTRE AS DÉCADAS DE 1929-
1939 E 2008-2018.

UBERLÂNDIA

2019

LEONARDO BRITO HERRMANN

DEMOCRACIA EM UMA EUROPA PÓS-CRISE ECONÔMICA. SEMELHANÇAS E
DIFERENÇAS NO PANORAMA POLÍTICO EUROPEU ENTRE AS DÉCADAS DE 1929-
1939 E 2008-2018.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Economia e Relações
Internacionais da Universidade Federal de
Uberlândia como requisito parcial para
obtenção do título de bacharel em Relações
Internacionais, sob orientação do Prof. Dr.
Edson Neves.

UBERLÂNDIA

2019

LEONARDO BRITO HERRMANN

DEMOCRACIA EM UMA EUROPA PÓS-CRISE ECONÔMICA. SEMELHANÇAS E
DIFERENÇAS NO PANORAMA POLÍTICO EUROPEU ENTRE AS DÉCADAS DE 1929-
1939 E 2008-2018.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Economia e Relações
Internacionais da Universidade Federal de
Uberlândia como requisito parcial para
obtenção do título de bacharel em Relações
Internacionais, sob orientação do Prof. Dr.
Edson Neves.

Uberlândia, 5 de Dezembro de 2019.

Banca Examinadora:

Orientador: _____
Prof. Dr. Edson José Neves Jr.,
Instituto de Economia e Relações internacionais – UFU

2º Examinador: _____
Prof. Dr. Armando Gallo Yahn Filho,
Instituto de Economia e Relações internacionais – UFU

3º Examinadora: _____
Profa. Dr^a. Marrielle Maia Alves Ferreira,
Instituto de Economia e Relações internacionais – UFU

*“Bedenkt: Der Teufel, der ist alt;
So werdet alt, ihn zu verstehn.”*
(VON GOETHE, 2006)

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo comparar os efeitos que as crises econômicas de 1929 e 2008 tiveram sobre a democracia europeia nos 10 anos seguintes a cada uma delas. Para tanto, faz-se uma discussão sobre o que é a democracia, além de explorar conceitualmente, o totalitarismo experimentado na década de 1930, de forma a se estabelecer parâmetros comparativos. Fez-se também um levantamento dos eventos históricos e das realidades de cada período, de forma a oferecer um panorama das transformações pelas quais passou o continente nas duas décadas selecionadas. Assim, utilizando uma metodologia histórico-comparativa, torna-se possível extrair algumas conclusões quanto aos desenvolvimentos recentes no continente, suas semelhanças e diferenças com relação ao passado. Foi constatado que, apesar de diversas transformações políticas recentes na Europa, a democracia nos países estudados não sofreu sérios reveses nos anos após a crise de 2008, nem podem os elementos antidemocráticos que ganharam força nos últimos anos ser claramente equiparados aos movimentos totalitários da década de 1930, sendo essas expressões políticas condicionadas por contextos históricos bastante diferentes.

Palavras-chave: Crise Econômica. Democracia. Totalitarismo. Europa.

ABSTRACT

This research aims to compare the effects that the economic crisis of 1929 and 2008 had over European democracy 10 years after each of them. Thus, there is a discussion about what democracy is and, also, a conceptual exploration of totalitarianism experienced during the 1930s in an attempt to establish comparative parameters. An overview of the historical events and realities of each period was also made, in order to offer a panorama of the transformations experienced by the continent during the two selected decades. It was possible, therefore, to extract some conclusions about the recent developments on the continent, as well as their similarities and differences with the past. Therefore, using a historical-comparative methodology, it was possible to extract some conclusions about recent developments in the continent, their similarities and differences in regard to the past. It was observed that, though there were many political transformations in modern Europe, democracy in the selected countries did not suffer serious setbacks after the 2008 crisis, nor can the antidemocratic elements that gained momentum in recent years be clearly equated with the totalitarian movements of the 1930s, since they represent political expressions conditioned by a very different set of historical conditions.

Keywords: Economic Crisis. Democracy. Totalitarianism. Europe.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	DEMOCRACIA	9
3	ENTRE GUERRAS	15
4	O TOTALITARISMO.....	25
5	A CRISE DE 2008 E OS ANOS 2010.....	33
6	DISCUSSÃO	45
7	CONCLUSÃO.....	49
	REFERÊNCIAS.....	51

1 INTRODUÇÃO

A crise de 1929 foi o gatilho que levou o mundo à um dos períodos mais turbulentos da história. Quase que exatos dez anos após o fatídico 24 de outubro, tropas alemãs portando um antigo símbolo hindu estilizado – originalmente alusivo à boa sorte - marchavam sobre a Polônia, no que seria apenas o ponto culminante de uma crise que se arrastava há anos. 79 anos depois, o mundo novamente era pego de surpresa por um derretimento repentino das bolsas nos Estados Unidos. Dentro de um ano, a crise parecia superada, com indicadores macroeconômicos se encontrando praticamente no mesmo ponto em que se encontravam antes da falência do Banco Lehman Brothers. Apesar disso, 10 anos depois, em alguns aspectos importantes, o mundo parece um lugar bastante diferente daquele do final dos anos 2000. A União Europeia, que em 2009 via entrar em vigor o Tratado de Lisboa - consolidando o bloco - e atraía membros prospectivos, se encontra agora em meio a uma aparente involução com a população britânica votando a favor da saída do bloco, diversos governos nacionais ameaçando seguir o caminho inglês e a ameaça de crises econômicas relacionadas à economia de alguns países que podem arrastar toda o bloco para uma crise econômica profunda. Levanta-se, dessa forma, a questão: haveria relação entre a crise de 2008 e as transformações políticas dentro do continente Europeu? A Europa passa por um crepúsculo democrático como aquele observado nos anos 1930? O presente trabalho tem como objetivo analisar os desenvolvimentos políticos em quatro nações europeias – Reino Unido, Alemanha, Itália e França – devido ao papel central que desempenharam nos desenvolvimentos históricos em ambos os períodos. Dessa forma, objetiva-se, por meio de uma comparação, extrair conclusões quanto aos desdobramentos recentes no continente e, conseqüentemente, desvendar possíveis destinos que pode atingir.

O presente trabalho toma como marco temporal inicial as crises financeiras de 1929 e de 2008, analisando as transformações políticas em quatro países europeus nos 10 anos subsequentes. Selecionou-se, para o estudo, a Inglaterra, a França, a Itália e a Alemanha para a análise, dada a posição fundamental desses países na geopolítica do continente tanto nos anos 1930 quanto nos anos 2000. Buscou-se, portanto, analisar se houveram mudanças sociais significativas decorrentes das crises e como (e mesmo se) vieram a afetar a democracia nos países supracitados. Um primeiro problema que surge, porém, é a dificuldade de se definir precisamente o que é uma democracia. A questão é difícil não apenas pela variedade de interpretações modernas que existem sobre o que exatamente constitui um sistema democrático como pelas mudanças decorrentes ao longo do tempo. Portanto, uma breve discussão sobre

Democracia é avançada no primeiro capítulo de forma a orientar o raciocínio nos capítulos subsequentes. Em seguida, esboça-se um panorama dos anos 1930, logo após o *crash* de 1929, acompanhando os desenvolvimentos políticos principais nos países mencionados. É impossível qualquer análise política da Europa do entreguerras sem abordar o fenômeno do totalitarismo em si mesmo. Devido à sua importância histórica e a sua complexidade, optou-se por dedicar um capítulo à parte para sua discussão. Concluindo, portanto, as considerações sobre a década de 1930, o próximo capítulo avança já ao período contemporâneo e aos dez anos seguintes à crise financeira de 2008, acompanhando as mudanças políticas que ocorreram nos países escolhidos para a análise.

2 DEMOCRACIA

Qualquer tentativa de caracterizar a Democracia de forma precisa deverá ser arbitrária. Desde que os primeiros filósofos gregos se ocuparam de debater o tema, já se observava uma variedade de opiniões a respeito da pitoresca organização política de Atenas no Peloponeso. Parte da dificuldade se explica pelos dois termos que constituem a palavra em grego: *demos* e *kratos*. Em qual sentido deveriam ser compreendidos esses dois termos, ou mesmo se a palavra foi cunhada originalmente com uma intenção positiva ou pejorativa são elementos discutidos ainda hoje pelos especialistas do período (OBER, 2008). Essa dificuldade conceitual também se traduz em tentativas modernas de definir precisamente o que é Democracia. Thomassen (2007), observa como os conceitos de liberdade e igualdade são essenciais em qualquer definição moderna de democracia e podem ser observadas já no preâmbulo de documentos históricos fundamentais como a Declaração de Independência dos Estados Unidos e na Declaração dos Direitos do Homem da França revolucionária, e esse mesmo binômio é encontrado também na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas.

No entanto, apesar do frequente uso dos dois termos em descrições da democracia, é notória na literatura política, a tensão que existe entre eles, seja nos debates sobre a tradição democrática Anglo-Americana Liberal e a tradição Francesa (ou continental) ou na distinção entre as teorias Individualistas ou Coletivistas de democracia. Uma forma de expressar essa tensão é no dilema clássico: Quanto maior a liberdade, menor a igualdade e, quanto maior a igualdade, menor a liberdade. As democracias ocidentais conseguiram sintetizar esses dois polos em seu funcionamento de forma que, o princípio da soberania popular, ou seja, o exercício do poder em nome do povo (a faceta coletivista), e o princípio do Estado de Direito e as garantias à liberdade do cidadão (sua faceta individualista) e sua proteção contra os abusos do poder por parte do Estado, havendo ou não legitimação pela maioria (THOMASSEN, 2007).

Assim, a democracia não é apenas uma forma do povo exercer o poder através da resultante das contradições da sociedade mediadas pelo debate público, mas é ela mesma uma síntese, ou *compromise*, entre tendências divergentes sobre o que de fato significa o poder popular. Dessa forma, o funcionamento da democracia pode ser afetado se houver, no corpo social, um desequilíbrio que privilegie mais um polo do que o outro. De Tocqueville (2010), por exemplo, se dedica a compreender essa dinâmica em seu livro *A Democracia na América*, e explora diversas formas pelas quais a democracia floresceu nos Estados Unidos, em contraste

com o resultado desastroso da tentativa revolucionária em seu próprio país. Em uma de suas reflexões observa que:

I will not be afraid to say that the doctrine of interest¹ well understood seems to me, of all philosophical theories, the most appropriate to the needs of the men of our time, and that I see in it the most powerful guarantee remaining to them against themselves. So it is principally toward this doctrine that the mind of the moralists of today should turn. Even if they were to judge it as imperfect, it would still have to be adopted as necessary. I do not believe, everything considered, that there is more egoism among us than in America; the only difference is that there it is enlightened and here it is not. Each American knows how to sacrifice a portion of his particular interests in order to save the rest. We want to keep everything, and often everything escapes us (TOCQUEVILLE; NOLLA, 2010, p. 922).

Para Tocqueville, alguma medida de controle do indivíduo por ele mesmo (seja por lealdade à Deus, seja pelo reconhecimento da estreita relação entre os próprios interesses e os do próximo) eram a solução para a tensão constitutiva da democracia e essenciais para a manutenção do sistema americano, apontando que, sem esses freios, nada o impediria de se transformar em uma ditadura da maioria. A sociedade democrática funciona enquanto indivíduos se associam livremente, por força de costumes e tradições, além de uma componente moral que garante ao corpo social uma coesão mais fundamental do que aquela que a política pode garantir.

Rousseau, embora também tomasse esse tema como central, no entanto, contrasta com Tocqueville profundamente, à medida em que compreende a tensão entre individualismo e coletivismo de forma bastante diferente. Para Rousseau, a liberdade do indivíduo não é compreendida como a garantia contra a opressão pelo Estado, e sim a sua liberdade da corrupção da sociedade, e é seu interesse a superação da sociedade em prol de uma aproximação maior com o estado de natureza². A distinção entre a comunidade e o Estado é inexistente – as duas são indistinguíveis – diferente da concepção, presente em Tocqueville, de pequenos grupos independentes unidos pela solidariedade que emerge das obrigações morais e sociais destes. Ademais, a vontade geral e a vontade de todos (*Volonté générale* e *Volonté de tous*,

¹ Há algum debate em torno das traduções em inglês sobre como traduzir a expressão francesa empregada por Tocqueville *l'intérêt bien entendu*. A tradução consultada opta pelo literal *interest*, embora outras optem por *self-interest* (ver Tocqueville, Mansfield e Winthrop (2000)) que, dada a discussão de Tocqueville sobre egoísmo na passagem citada, talvez seja a opção mais apropriada.

² Voltaire, de maneira famosa (e devastadoramente) ironizou a fantasia do estado natural do homem quando criticou o então recém publicado *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes* em uma carta ao próprio Rousseau: “On n'a jamais employé tant d'esprit à vouloir nous rendre Bêtes. Il prend envie de marcher à quatre pattes quand on lit votre ouvrage. Cependant, comme il y a plus de soixante ans que j'en ai perdu l'habitude, je sens malheureusement qu'il m'est impossible de la reprendre” (VIGNOLLE, 2018).

respectivamente) são distintas, sendo esta passível de manipulação e erro, e aquela sempre correta e direcionada ao bem da sociedade. Embora pareça, à primeira vista, um instrumento que limite a capacidade da maioria impor sua vontade arbitrariamente, o recurso Roussoniano a uma Vontade geral abole qualquer garantia do indivíduo não ser oprimido pelo Estado, uma vez que esta vontade, como mencionada acima, se encontra acima de qualquer desafio e deve curvar o indivíduo a si mesma (NISBET, 1943). De fato, na linguagem de Rousseau, a vontade geral força o indivíduo a ser livre:

A fim de que o pacto social não venha a constituir, pois, um formulário vazio, compreende ele tacitamente esse compromisso, o único que pode dar força aos outros: aquele que se recusar a obedecer à vontade geral a isso será constrangido por todo o corpo - o que significa apenas que será forçado a ser livre [...] (ROUSSEAU, 1999, p. 25).

De fato, para Nisbet (1943), Rousseau é o grande teórico moderno do Totalitarismo. Se, de fato, o extremo do individualismo dissolve todos os elementos que constituem uma sociedade, o pensamento de Rousseau ilustra como uma teoria da democracia que tenda de forma intemperada ao polo do coletivismo pode produzir tirania. Poucos eventos na história moderna demonstram melhor esse aspecto do que os experimentos comunistas no século XX. O movimento inevitável da história para Marx era o da superação do capitalismo pela eventual vitória da classe proletária sobre a burguesia e, conseqüentemente, a aniquilação das estruturas burguesas de dominação. Entre essas estruturas, estariam as democracias liberais que seriam enfim suplantadas pela verdadeira democracia comunista. Para Marx e seus discípulos, haveria um estágio intermediário de ditadura do proletariado, no qual o Estado seria tomado e utilizado como instrumento de realização da utopia comunista, varrendo os últimos vestígios das estruturas sociais burguesas. Há aqui uma profunda semelhança com o pensamento de Rousseau. A Vontade Geral do pensador francês se transforma no fim da história do marxista, e esse fim da história é tão irresistível como inevitável, que justifica toda supressão à liberdade e autonomia do indivíduo. De fato, Lênin traduz bem esse aspecto milenarista da doutrina Marxista em seu panfleto/polêmica contra Kautsky, *O Estado e a Revolução*:

The theory of class struggle, applied by Marx to the question of the state and the socialist revolution, leads as a matter of course to the recognition of the political rule of the proletariat, of its dictatorship, i.e., of undivided power directly backed by the armed force of the people. The overthrow of the bourgeoisie can be achieved only by the proletariat becoming the ruling class, capable of crushing the inevitable and desperate resistance of the bourgeoisie, and of organizing all the working and exploited people for the new economic system. [...] By educating the workers' party, Marxism educates the vanguard of the proletariat, capable of assuming power and leading the whole people to socialism, of directing and organizing the new system, of being the teacher, the guide, the leader of all the working and exploited people in organizing

their social life without the bourgeoisie and against the bourgeoisie. (LENIN, 1999, p. 17-18)

A vontade da massa – ou *volonté de tous* – se subordina à mais exata e irresistível vontade geral, ou revolucionária, que justifica o uso da força na missão de “esmagar” a burguesia e que deve ser representada por uma vanguarda capaz de ensinar e guiar a massa proletária que deveriam protagonizar de fato o processo histórico. Imediatamente essa tese levanta a questão óbvia de quem então está à frente dessa vanguarda. De forma bastante conveniente, as lideranças bolcheviques se viam como os árbitros definitivos da revolução e a encarnação da vontade do proletariado (*volonté générale*). Não sem razão, a revolução russa – e diversas outras revoluções comunistas subsequentes – se transformaram em gigantescos cultos à personalidade dos líderes, com aparatos repressivos sem precedentes na história.

As primeiras intenções idealistas de garantir a participação popular no trato das questões políticas, econômicas e sociais por meio de representantes eleitos para os sovietes, com base no princípio do controle da produção pelos trabalhadores, tiveram de ser reformuladas. O comunismo propriamente dito teria de esperar a aurora da utopia. Entrementes, o poder no Estado socialista só poderia ser exercido pela vanguarda do proletariado, o partido. Toda oposição podia ser tachada de “burguesa” e “reacionária”, e precisava ser destruída. O direito “burguês” não podia ser um entrava à extirpação impiedosa dos inimigos de classe.

O terror como arma essencial na guerra de classes ocupava um lugar central no projeto revolucionário bolchevique. “Que haja dilúvios de sangue burguês – mais sangue, o máximo possível”, recomendara a imprensa bolchevique em 1918. “Devemos encorajar a energia e a natureza popular do terror”, escrevera Lenin em meados desse ano. Canalizar o ódio dos camponeses, sequiosos de terra, contra os cúlaques, representados como exploradores de terras, mas com frequência apenas camponeses em situação um pouco melhor, fazia parte da estratégia. Descrevendo os cúlaques como “vampiros [que] enriqueceram com a fome do povo”, Lenin condenou-os como “inimigos raivosos do governo soviético” e “sanguessugas [que] chuparam o sangue dos trabalhadores”, e defendeu a “a morte de todos eles”[...].

Portanto, os elementos essenciais do poder bolchevique tinham se manifestado durante a vida de Lenin. O que se seguiu foi um desdobramento e uma consequência lógica, não uma aberração (KERSHAW, 2015 p. 128-129, grifo do autor).

Para seu próprio bem, toda a sociedade deveria se submeter à uma vontade geral que, na impossibilidade de se manifestar claramente a todos, carecia de uma vanguarda capaz de interpretá-la corretamente e forçá-la às massas.

A democracia não é um fenômeno estático, de definição exata e com fronteiras conceituais bem delimitadas e herméticas. De fato, a natureza essencialmente mediadora da democracia (TOURAINÉ, 1992) é frequentemente revelada na tentativa de defini-la de forma mais sofisticada que o mero “poder do povo” consagrado como a tradução direta da palavra

original grega³. A democracia, portanto, existe enquanto um equilíbrio delicado entre o direito que o indivíduo tem de ser protegido dos caprichos da maioria e a capacidade da maioria dirigir o funcionamento da sociedade. Uma vez que esse arranjo não é, de maneira alguma, simples, a democracia se expressou institucionalmente de diversas maneiras não apenas em diferentes países, mas em diferentes momentos da história.

But democracy is in many ways a continuous variable. Its key components—such as freedom of multiple parties and candidates to campaign and contest; opposition access to mass media and campaign finance; inclusiveness of suffrage; fairness and neutrality of electoral administration; and the extent to which electoral victors have meaningful power to rule—vary on a continuum (as do other dimensions of the quality of democracy, such as civil liberties, rule of law, control of corruption, vigor of civil society, and so on). This continuous variation forces coders to make difficult judgments about how to classify regimes that fall into the gray zone of ambiguity, where multiparty electoral competition is genuine and vigorous but flawed in some notable ways. No system of multiparty competition is perfectly fair and open. Some multiparty electoral systems clearly do not meet the test of democracy. Others have serious defects that nevertheless do not negate their overall democratic character. Thus hard decisions must often be made about how to weight imperfections and where to draw the line (DIAMOND, 2015, p. 143).

Em muitos sentidos, um sistema que seria considerado inequivocamente republicano e democrático nos anos 1930 poderia ser considerado extremamente falho e incompleto na atual década. Um exemplo disso é a França, que só viria a estender – de maneira limitada – o direito ao voto feminino em 1944. Quantificar a democracia em índices e gráficos pode, de forma limitada, ser feita dentro de um mesmo regime legal-institucional, acompanhando variáveis quantificáveis como número de eleitores em sucessivas eleições, número de partidos, liberdades civis, dentre outras. Essa é, por exemplo, a abordagem de publicações como as do *The Economist* (THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT, 2019) e da *Freedom House* (FREEDOM HOUSE, 2019) em seus relatórios anuais, que buscam condensar em números os diferentes regimes existentes no mundo e assim apresentar dados rapidamente acessíveis sobre as tendências da democracia global. A abstração de realidades muitas vezes subjetivas em números, embora bastante prática, é uma abordagem que tem suas limitações devido tanto à qualidade dos dados quanto aos critérios utilizados, e tais tentativas devem ser encaradas com cautela; não como a palavra final, mas como indicadores que recomendam estudos mais profundos dos casos específicos.

³ Embora essa tradução não seja, ela mesma, consensual ou isenta de críticas por especialistas na antiguidade clássica. Para uma discussão breve sobre o termo, ver Ober (2007).

Assim, o presente trabalho se depara com duas dificuldades conceituais: a primeira é a comparação de diferentes sistemas democráticos contemporâneos entre si (a monarquia parlamentarista britânica e o presidencialismo francês, por exemplo), e a segunda é a comparação entre esses sistemas em dois períodos distintos do tempo (início do século XX e início do século XXI). Dessa forma, optou-se por uma definição bastante geral de democracia, que permitisse a comparação entre os dois períodos assinalados, ressaltando, em seus respectivos momentos, a continuidade do sistema: isto é, (1) sem grandes rupturas institucionais; a (2) existência e manutenção de um regime de alternância de governos previsto pelas leis e respeitado pelos partidos; e, por fim, o (3) equilíbrio entre os poderes instituídos sem demasiada concentração de protagonismo em um deles, ou subordinação dos outros. Também foram escolhidos aspectos que permitissem acompanhar as mudanças, como: a (1) participação política da população nas eleições e a forma que votaram; a (2) insatisfação com o sistema político manifesto em irrupção de violência ou protestos de massa; e as (3) tendências no discurso político popular e entre as camadas intelectuais.

3 ENTRE GUERRAS

“Keynes may have made his own fortune and that of King’s College, but the investment trust of Keynes and Dennis Robertson managed to lose me my fortune in 1929.” (FLORENCE *apud* SAMUELSON, 1979, p. 9).

A História da Europa entre as guerras girou em torno do “problema alemão”. Se este fosse resolvido, tudo se resolveria; se continuasse insolúvel, a Europa não conheceria a paz. Todos os outros problemas deixavam de ser prementes, ou tornavam-se triviais, em comparação com o problema alemão (TAYLOR, 1979, p. 60, grifo do autor).

Embora a história não seja carente de eventos polêmicos e altamente debatidos, a crise de 1929 se destaca como uma *cause célèbre* dificilmente igualada para a economia moderna. O fato de que tanto tenha sido escrito, por inúmeros autores das mais diferentes convicções, sobre um mesmo tema, torna impossível esgotá-lo aqui. No entanto, basta para os objetivos presentes de uma análise dos eventos políticos que o sucederam, uma breve recapitulação de seus aspectos mais importantes e do impacto que estes tiveram sobre as percepções de líderes políticos e sobre as vidas de incontáveis cidadãos europeus.

No dia 3 de setembro de 1929, o índice Dow Jones Industrial atingira seu maior valor histórico, de 381.2. Em 24 de outubro, uma quinta feira, esse mesmo índice atingiu 299.5, representando uma queda de 21% da alta do mês anterior. Essa data é tida como a data da grande quebra da bolsa, embora a queda não tenha parado aí, com o índice atingindo os 230 pontos no dia 13 de novembro do mesmo ano. Observando a década anterior, os índices da Bolsa de Nova Iorque eram impressionantes, em franco crescimento e não demonstravam grandes patologias (SAMUELSON, 1979). Entre janeiro de 1925 e setembro de 1929, o índice Dow Jones Industrial crescera 120%, com as valorizações mais expressivas nos setores de aviação, implementos agrícolas, lojas de departamentos, aço, equipamentos elétricos, rádio, produtos químicos e petróleo. No entanto, embora esse número impressione, ele não revela, de imediato, uma bolha de especulação, uma vez que, tanto para investidores na época, como para acadêmicos hoje, a *crash* em 1929 não era óbvio, com a evidência sugerindo que os preços das ações não estavam supervalorizados. Na verdade, a produtividade na manufatura crescera 5,12% ao ano entre 1919 e 1929, que ajudou a mitigar a inflação caindo 0,9% por ano entre 1923-1929; os preços de *commodities* caíram; empregos e salários na indústria se encontravam em seu maior índice desde 1925; e corporações anunciavam dividendos crescentes e prognósticos positivos ainda em setembro de 1929 (BIERMAN JUNIOR., 2013).

Ainda assim, os preços caíram drasticamente a partir de outubro. Um dos gatilhos para essa queda inesperada é que existiam ações ligadas ao setor de serviços públicos⁴, cujos preços no mercado estavam mais de duas vezes acima de *book value*, ou seja, o valor da ação anunciado de acordo com o cálculo feito pelos auditores e contadores da própria empresa. No dia 12 de outubro, uma agência reguladora de Massachusetts impediu o desdobramento (*split*) das ações da Boston Edison, tomando por base essa supervalorização e alegando que a expectativa de maiores dividendos não era esperada pela empresa, o que derrubou as ações da empresa. Outras empresas reguladoras sinalizaram, seguindo o mesmo raciocínio, que era necessário uma redução dos preços no mercado de serviços públicos, o que por sua vez, levou a uma desvalorização geral das ações, forçando investidores a venderem seus ativos em um efeito manada (BIERMAN JUNIOR., 2013).

O derretimento do valor das ações no mercado financeiro foi notado pelo governo Hoover e, já a partir de novembro, houve resposta na forma de discursos otimistas, corte de impostos, convocação das organizações públicas para apresentarem projetos construtivos e pedidos para manutenção dos salários dos trabalhadores, como forma de manter a demanda aquecida. De fato, houve uma aparente melhora durante o inverno, mas o otimismo logo se mostrou injustificado e, a partir da primavera de 1930, os indicadores do mercado voltaram a desabar. Os eventos do *crash* da bolsa de Nova York em 1929 e a grande depressão dos anos 1930 são seminais na análise da história econômica. A relação entre um e outro é debatida e interpretada ainda hoje, gerando um amplo, complexo e, por vezes, contraditório corpo de escritos que demandariam um trabalho em si mesmo. Se por um lado, Keynes, que foi um dos muitos investidores brilhantes pego de surpresa pelo *crash*, apontava o papel da especulação e da busca por lucros rápidos desligados de uma visão de investimento real e de longo prazo, por outro, os monetaristas, como Milton Friedman e Anna Schwartz, atribuiriam a responsabilidade ao *Federal Reserve* e sua política monetária restritiva. Charles Kindleberger, por sua vez, ligava a depressão aos acontecimentos internacionais, como a superprodução industrial do pós-guerra e a queda dos preços das *commodities* (CHANCELLOR, 2008). Esses nomes apenas ilustram algumas das diferentes interpretações econômicas possíveis e não é o propósito do presente trabalho finalmente resolver essas e outras polêmicas que são melhores quando deixadas nas mãos de especialistas da área. No entanto, deve-se saber em qual medida os eventos em Wall Street e da Depressão reverberaram no Velho Mundo e em qual medida viriam a afetar as transformações políticas que ocorreram na década de 1930.

⁴ Utilities sector.

Tendo em vista a destruição causada pela Segunda Guerra, é fácil olhar para os anos 20 com certa nostalgia, como a Europa que poderia ter sido. Em muitos aspectos, as lideranças europeias tentaram voltar ao *status quo ante bellum*, especialmente no que diz respeito ao padrão ouro e a economia global. Na diplomacia, o tratado de Locarno, em 1925, parecia finalmente encerrar a Primeira Guerra e a admissão da Alemanha na Liga das Nações em 1926 era o sinal de que fora novamente aceita na comunidade de nações respeitáveis. A intensa atividade cultural do período, os movimentos artísticos *avant-garde*, o cinema expressionista de Lang e Wiene, a conquista do mundo pelo Jazz, os trabalhos de Jung e Freud, o grupo de Bloomsbury em Londres, tudo emergindo em democracias, muitas das quais não existiam apenas alguns anos antes. Tal visão rósea, no entanto, deve ser temperada com algumas das realidades sociais políticas e econômicas menos atraentes do período, como fica bem evidente em *Großstadt*, o famoso tríptico de Otto Dix⁵. (FIGURA 1).

FIGURA 1 - *Großstadt*, Otto Dix (1928).



Fonte: WikiArt (2017).

Os anos de relativa paz e estabilidade não fortaleceram as jovens democracias europeias, muitas das quais foram implantadas em sociedades com profundos conflitos sociais, étnicos e ideológicos que dificultavam sua consolidação. O radicalismo político era crescente e a democracia só não se encontrava seriamente ameaçada em alguns poucos países da Europa

⁵ O furor, decadência e energia da festa retratada no quadro central é contrastada com os painéis laterais mais sóbrios, ambos marcados pela presença de prostitutas e a miséria de veteranos mutilados nos campos de batalha da Primeira Guerra. Embora concluído antes da eclosão da Segunda Guerra, não é difícil enxergar neste quadro uma alegoria da exuberância da cultura do período Weimar – retratado no painel central - como apenas uma precária calmaria entre o espectro das misérias da guerra, simbolizado pelos soldados nos painéis laterais.

Ocidental. Do Leste, a sombra da União Soviética se fazia sentir na dimensão política, com a promessa de uma alternativa sólida de sucesso ao instável mundo capitalista liberal – embora os gigantescos custos em vida humana desse sucesso fossem desconhecidos ou ignorados. No entanto, efeitos mais sérios para a paz no continente só seriam sentidos se ela viesse a desmoronar nas potências existentes: França, Grã-Bretanha e Alemanha (KERSHAW, 2016).

O equilíbrio era precário. Política e economicamente, a maior parte dos países no continente não se encontravam em situação adequada para enfrentar a depressão dos anos 1930. Some-se a isso que o tratado de Locarno não resolvera definitivamente todos os receios franceses com seu vizinho germânico e tinha inscrito em seus artigos um calcanhar de Aquiles que, em tempo, se revelaria um problema:

A Grã-Bretanha de Baldwin e MacDonald, a República de Weimar na Alemanha, a Terceira República na França, eram realmente países democráticos, com liberdade de expressão, predominância do direito e boas intenções em relação aos outros. Podiam afirmar que, reunidos na Liga, proporcionavam a melhor esperança para a humanidade, e que, de modo geral, ofereciam uma ordem política e social superior a proporcionada pela Rússia soviética. Tudo isso não passava de uma autêntica farsa, quando se incluía no quadro a Itália de Mussolini (TAYLOR, 1979, p. 76).

Ademais, as concessões territoriais feitas pela Alemanha no tratado não agradaram aos nacionalistas alemães, mesmo com Stresemann, o competente ministro das relações exteriores alemão no período, tendo deixado a questão das fronteiras orientais em aberto. Todo o continente se encontrava vulnerável ao cataclisma na economia americana. A prevalência do interesse próprio dos Estados e os desequilíbrios na economia mundial, se manifestavam nas políticas protecionistas que faziam pouco para proteger o continente do que estava por vir. Valores liberais eram vistos com suspeita ao mesmo tempo que o chauvinismo nacionalista e a violência no discurso político abundavam. Em meio a tudo isso, o futuro da paz da Europa dependia da Alemanha, país no qual algumas vulnerabilidades se expressavam de forma mais aguda (KERSHAW, 2016).

Os efeitos da crise de 1929 apenas reforçaram a tendência protecionista. Mesmo a Inglaterra, historicamente adepta do livre mercado, impôs uma tarifa geral de 10% em bens importados, o que afetou severamente o comércio internacional e as exportações. A queda no consumo afetou drasticamente a demanda que derrubou preços, aprofundando a tendência deflacionária no continente. Enquanto isso, o desemprego na Alemanha subia para mais de 1,9 milhões de pessoas (em um país com 65 milhões de pessoas) em 1930, número que levava ao limite um sistema de segurança social que já se encontrava sobrecarregado (KERSHAW, 2016). De fato, o padrão ouro foi o mecanismo de propagação da depressão pelo mundo. A piora da

situação nos Estados Unidos levaram o país a cobrar seus empréstimos no exterior, esvaziando as reservas em ouro dos países devedores. Essa fuga demandava um aumento das taxas de juros para que os países afetados conseguissem manter a convertibilidade de suas moedas dentro do padrão, em um movimento de aperto da política monetária no momento em que esta deveria ter sido afrouxada. Os bancos que não quebravam, vendiam suas reservas em libras para comprar ouro, desvalorizando a moeda inglesa, cujo valor tentava ser mantido desesperadamente pelas autoridades monetárias em Londres. O governo britânico apoiava sua política econômica sobre dois pilares desenhados para a manutenção do valor da Libra: o padrão ouro e o *Treasury View*.⁶ O partido trabalhista, no poder em 1929, sob Ramsey MacDonald, apoiava ambas as políticas. No entanto, a piora da depressão levou o governo a uma política de austeridade com cortes nos salários do setor público e em programas de assistência social. Os cortes afetaram especialmente as classes trabalhadoras, o que minou o apoio popular ao governo de MacDonald, motivando sua expulsão do partido Trabalhista. Em 1931 ocorreu uma nova eleição e em outubro formou-se um governo de maioria Conservadora, com MacDonald novamente como primeiro ministro. Apesar de medidas emergenciais, a confiança doméstica e internacional não foi restaurada e, com os custos insustentáveis da política de manutenção do valor da Libra, a Inglaterra foi finalmente forçada a abandonar o padrão ouro em setembro de 1931 (KITSON, 2013).

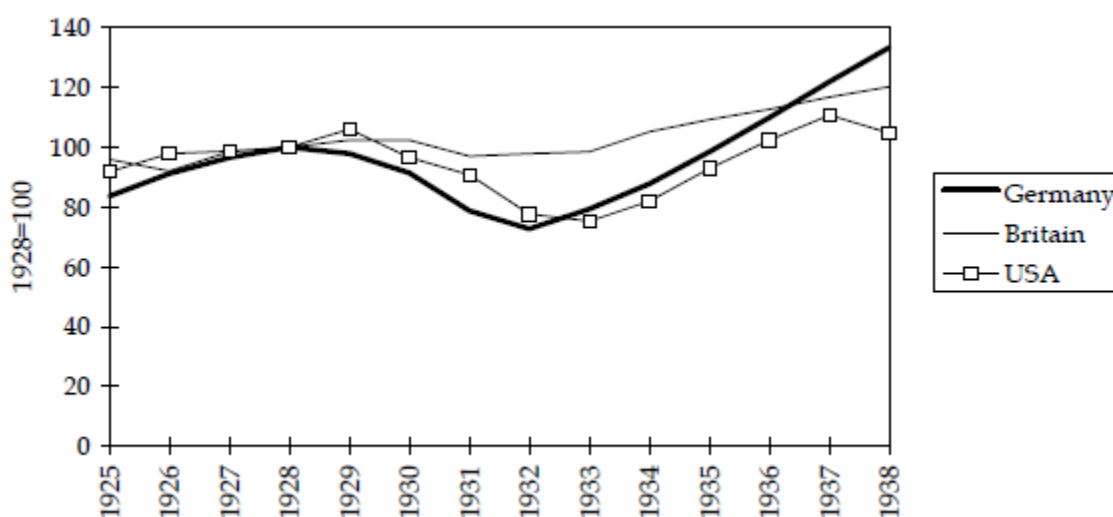
Outros países seguiram o exemplo inglês e, no geral, aqueles que saíram tiveram resultados econômicos melhores do que os que continuaram utilizando o padrão ouro. A adesão estrita ao padrão ouro limitava as opções de resposta à crise. Aqueles que insistiram, viram uma sobrevalorização de suas moedas, fuga de reservas metálicas e a deterioração de seus termos de troca. No entanto, com o abandono do padrão ouro em 1933, os Estados Unidos – e os outros países que fizeram o mesmo – retomaram o crescimento quase que instantaneamente (MARICHAL, 2016; PARKER, 2013). A trajetória da economia alemã na década de 1930 pode ser comparada com a dos Estados Unidos em vários aspectos. Como no *New Deal* de Roosevelt, houve na Alemanha um robusto programa estatal de construções públicas e de infraestrutura e expansão dos empregos no setor público. A diferença é que a Alemanha voltou a se armar muito antes dos Estados Unidos o que, em ambos os países, foi fator crucial da recuperação. De fato, na Alemanha, os gastos militares superaram significativamente os gastos em quaisquer outros setores durante os anos 1930, não permitindo a alegação de que investimentos em obras

⁶ Ideia bastante atacada por John Maynard Keynes, apesar de seu questionamento sobre quão consistente realmente era teoricamente e em aplicação, a *Treasury View*, em linhas bastante gerais, postulava que pouco ou nenhum emprego adicional pode ser criado por obras públicas financiadas por empréstimo. Todo investimento feito pelo governo significava, na verdade, uma ausência de investimentos pelo setor privado, cancelando assim qualquer efeito sistêmico (PEDEN, 1984).

públicas como as *autobahn* - que só seriam significativos a partir de 1936 – foram o verdadeiro dinamismo do crescimento (RITSCHL, 2001).

Os gastos totais do governo subiram de 30% do rendimento nacional em 1925 para 53% em 1938. Esse crescimento nos gastos veio acompanhado de um aumento do déficit que era de cerca de 2,1% do rendimento nacional e que entre 1933 e 1938 se encontrava em torno de 5,2%. Não apenas os impostos não acompanharam os gastos crescentes, mas a maior demanda alemã por importações – agravadas, por exemplo, pelo protecionismo reinante do período e as taxas de câmbio supervalorizadas - afetavam a balança de pagamentos, mesmo com a suspensão gradual do pagamento de juros da dívida externa alemã por Hjalmar Schacht⁷. Com déficits comerciais acima de 5%, a situação só podia ser financiada por emissão de moeda, o que Schacht sabia que poderia aumentar o risco de inflação. De toda forma, o crescimento alemão no período foi impressionante. Quando Hitler se tornou Chanceler em 1933, havia seis milhões de desempregados no país; em agosto de 1939 somente 34000 alemães se encontravam desempregados. Apesar da renda nacional *per capita* dos alemães ser metade daquela dos americanos em 1938, a situação era muito superior à dos alemães em 1933, com redução da pobreza, maiores salários e preços estáveis. O caso alemão era tido como nada menos que um milagre até por observadores internacionais (FERGUSON, 2015).

FIGURA 2 - Índices de PNB real.



Fonte: Ritschl, 2001.

⁷ Presidente do Reichsbank e mais tarde Ministro das Finanças de Hitler.

A longa – em termos de política francesa – terceira república fez o caminho aparentemente inverso. Enquanto os vizinhos na Europa eram arrastados pela grande depressão, a economia francesa se mantinha resiliente. Em 1931, em um país com mais de 41 milhões de pessoas, o número de desempregados não passava de 55000 pessoas. Isso se deu em parte por razão do franco já se encontrar desvalorizado antes da crise e pelo alto nível de agricultura de subsistência e manufaturas locais, que absorveram parte dos choques internacionais. O governo francês anunciava que enquanto outros países afundavam, a França se manteria próspera. No entanto, o otimismo foi passageiro e tudo não passou de um pequeno atraso nas consequências da depressão mundial. Quando ela finalmente atingiu a França, os resultados foram mais duradouros do que nos outros países. As exportações francesas em 1936 eram metade do que foram em 1928, em parte devido à relutância em desvalorizar o franco, que tornava os produtos franceses menos atraentes do que os produtos americanos e ingleses (KERSHAW, 2016). O resultado disso tudo foi a pior crise econômica da França em mais de um século, e os efeitos sociais da miséria e do ressentimento da população se fizeram sentir. No entanto, ao contrário de países como os Estados Unidos e Inglaterra, nos quais a população se virou contra o governo incumbente, na França, como na Alemanha, a insatisfação foi direcionada contra o próprio sistema republicano. Diversos grupos de direita antirrepublicanos surgiram em Paris e no começo de 1934 era aparente que a França seguiria o mesmo caminho da Alemanha e Itália. O conservador André Tardieu, três vezes primeiro ministro da França entre 1929 e 1932, considerado o grande herdeiro de Poincaré e Clemenceau, era um político com admiração pelo sistema econômico americano e desejava transformar a França nos moldes dos Estados Unidos – entusiasmo não compartilhado pelos seus compatriotas. Sua obstinação na manutenção do padrão ouro, além de alguns erros de cálculo político, custara sua carreira e, eventualmente, se juntou a um dos grupos políticos fascistas na França, escrevendo ataques contra a República e clamando por um sistema autoritário (SHIRER, 2014).

A década de 1930 revelou muitas das deficiências da política na França. Foram 22 mudanças de governo entre 1929 e 1940, embora diversos primeiros ministros tenham servido mais de uma vez. A esquerda, que dominou as eleições no período, não conseguia concordar quanto a um programa de governo e a sensação de que o sistema da Terceira República era incapaz de governar se tornava generalizada. Em 1934, estourou um novo escândalo financeiro que afetava figuras ligadas ao governo. Aliado ao clima de radicalismo fomentado por ligas fascistas, antirrepublicanas e monarquistas, no dia 6 de fevereiro, a violência irrompeu nas ruas de Paris, com 17 mortos e mais 2000 feridos. Apesar da queda do governo de Daladier, a República sobreviveu com um novo governo formado por uma coalização de quase todos os

partidos. O Ministro da Guerra apontado pelo novo premiê era o Marechal Pétain. A escalada da violência também podia ser sentida pelas lideranças, como no caso de Léon Blum, agredido quase ao ponto de morrer em 1936. O efeito desse ataque foi criar e conduzir ao poder um mártir político e transformar os partidos socialista e comunista no maior bloco da Câmara.

Porém, apesar do entusiasmo das massas com o resultado das urnas, as classes mais abastadas enxergaram os resultados como uma tomada do poder pelos Bolcheviques e muito dinheiro foi enviado ao exterior como forma de protegê-lo, agravando a situação econômica. Enquanto isso, a população, impaciente e repleta de expectativas pelo novo governo, organizou greves que tomaram e paralisaram o país inteiro. Antes mesmo de assumir, o governo de Blum já tinha uma crise e a situação não melhorou ao longo do seu governo. A crise econômica se aprofundava, a fragmentação política não encontrava resolução, Hitler remilitarizava a Renânia e, ainda por cima, enfrentava uma onda de antissemitismo – Blum era judeu – que não se via na França desde os tempos do caso Dreyfus⁸ (SHIRER, 2014). A França passou por muitos outros governos na década e os casos mencionados ajudam a ilustrar um pouco da instabilidade política na década final da terceira república e a virtual paralisia do governo para resolver os desafios que se avolumavam doméstica e internacionalmente.

Ao Sul, na Itália, os efeitos da depressão foram tão dramáticos quanto nas outras nações industrializadas da Europa, seguindo o padrão das economias aderentes ao padrão ouro e sensíveis à queda na demanda global. A produção industrial caiu 33% entre 1929 e 1932 e as exportações reais caíram praticamente pela metade, de 1300 milhões de liras para 650 milhões de liras no mesmo período, atingindo o mínimo de 400 milhões de liras em 1935. Houve também uma deflação significativa que pode ser visualizada pela queda de 25% no índice de preços ao consumidor entre 1929 e 1934 (MATTESINI; QUINTIERI, 1997).

Se a depressão já fazia um excelente trabalho em desorganizar a economia italiana, não se deve esquecer que na segunda metade da década de 1930 a Itália se lançou em aventuras militares na Etiópia e Albânia, afetando a condução da política econômica italiana. A busca por *autarchia* se materializava em políticas altamente protecionistas e o crescente controle da economia pelo estado italiano:

Autarquia era apresentada como um acompanhamento natural do plantio do ‘estado corporativista’, prova de que o Fascismo estava traçando uma terceira via entre os opostos, mas igualmente ultrapassados e eticamente detestáveis

⁸ Oficial do exército Francês acusado injustamente de vazar segredos militares para os alemães. O seu caso mobilizou a opinião pública francesa tanto em defesa como em ataque à Dreyfus, frequentemente gravitando em torno de sua origem judia. É desta época a famosa carta a aberta de Émile Zola, “*J’accuse*”, denunciando o antissemitismo e as injustiças cometidas pelo governo contra o oficial.

programas do socialismo e capitalismo (BOSWORTH, 2006, p. 406, grifo do autor, tradução própria).

A retórica intervencionista do Estado italiano alarmava capitalistas e liberais. Parte do apelo do fascismo em seus primórdios vinha do anticomunismo e da retórica dos direitos à propriedade. No entanto, o crescente dirigismo se chocava com a retórica, e o regime se esforçava em justificar expropriações, congelamento de preços e intervenções em termos de como os interesses dos italianos vinham antes dos interesses privados, ou de como, afinal de contas, o objetivo dos negócios e os da nação eram a mesma coisa (BOSWORTH, 2006). O que se destaca no caso Italiano, porém, é que a crise não se chocou contra uma democracia, mas contra um sistema já transformado em uma ditadura. Mussolini tomara o poder em 1922 e passou os anos seguintes consolidando-o. Seu estabelecimento no cenário político italiano se deu de forma *ad hoc* e improvisada, e antes de 1922, o fascismo ainda não entendia bem o seu potencial como fenômeno nacional, sendo um fenômeno de natureza bastante regional:

Almost everywhere Fascism developed, it did so as a response to a particular local situation and assumed certain features as a consequence of that situation. The virulent anti-socialism typical of the Po valley was not the only determining factor. In certain provinces of Tuscany and Umbria, Catholic sentiment, focused around the Partito Popolare, was the issue; in the South and in Sardegna, the role of the organisations of demobbed soldiers served to give a special orientation to the fasci; in Turin, Fascism had to deal not only with a strong working-class tradition, but also with a Piedmontese aristocracy and bourgeoisie with very clearly defined traditions. Agrarian and urban Fascism often sprang from very different stimuli, as did moderate and radical Fascism. As a result, from the first, Fascism, which preferred to define itself by what it was against rather than by what it was for, was different things to different people (CORNER, 2006, p. 197).

Devido a isso, o Fascismo foi, desde o seu início, de natureza bastante cindível e dissensões internas frequentemente acabavam em violência entre os próprios militantes. Consolidar o partido e controlar o faccionalismo foi um dos principais desafios de Mussolini, o que envolveu um esforço constante de resolução de disputas entre grupos provinciais rivais, controle de líderes influentes dentro da organização do partido, e manutenção da lealdade das milícias. Essa profunda divisão interna do partido é irônica, uma vez que o discurso fundamental do partido era justamente a imposição de uma única vontade nacional sob uma organização política única e centralizada, e a rejeição à falta de unidade do parlamentarismo liberal na Itália. Os anos de 1925 a 1930 foram os anos decisivos na consolidação do regime Fascista, sob a direção de Augusto Turati, secretário do partido durante o período (CORNER, 2006).

No entanto, a plena eficiência e centralização do partido não atingiram os níveis idealizados pelas lideranças fascistas, e os defeitos e contradições se tornaram evidentes durante a segunda metade dos anos 1930. As velhas fraturas regionais não foram completamente superadas, apesar do avanço das estruturas de controle social do partido fascista. Por outro lado, o engessamento da sociedade devido ao controle cada vez maior das autoridades em Roma, e a corrupção e o egoísmo interesseiro das autoridades – que era tornada ainda mais intolerável dada a situação de crise econômica e desemprego – minavam a atração do partido entre a povo. A resposta da população não ocorria na forma de uma resistência ativa e organizada, mas antes, de uma apatia generalizada e afastamento de qualquer compromisso para com o partido. Há mesmo evidência para um desgaste da imagem do próprio Mussolini, cujo culto à personalidade sempre tentara manter certo distanciamento do partido na percepção pública. Mesmo os seus sucessos passados em política externa não mais o protegiam da perplexidade causada pela sua decisão de se aproximar e lutar ao lado da Alemanha, que era amplamente entendido como algo que não servia aos interesses da Itália. No fim dos anos 1930, os vícios políticos da Itália fascista – corrupção, clientelismo, faccionalismo - pareciam, em muitos aspectos, com aqueles da república liberal que prometera superar (CORNER, 2006).

A Itália se destaca dos outros casos em razão de não ser, nesse período, uma democracia em transição para o autoritarismo. Ao contrário, durante o período proposto, o que se observa é o desgaste do modelo fascista e seu esgotamento junto à população. Embora o regime só viesse a cair mais tarde, na metade da década de 40, o exemplo italiano demonstra que assim como o autoritarismo surge em um contexto de decepção com a democracia, ele perde seu apelo se falha em cumprir sua promessa de superar os vícios da democracia. Qualquer atração que o poder, o aspecto marcial e a promessa de ordem social que a propaganda autoritária possam imprimir, em um primeiro momento, são gradativamente superados pelo povo, que passa a buscar novas formas de organização política e social. Assim como a democracia, o autoritarismo se mostra vulnerável a mudanças nas expectativas da população. No entanto, sua superação tende a se mostrar mais traumática, comparada a forma que a democracia é desmontada.

4 O TOTALITARISMO

“[...] o ativismo parecia fornecer novas respostas à velha e incomoda pergunta ‘quem sou eu?’, que ocorre com redobrada persistência em tempos de crise.” (ARENDT, 2007, p. 381, grifo do autor).

É impossível discutir a Europa dos anos 1930 sem abordar o fenômeno do totalitarismo. O seu impacto foi tão grande e determinante no período que até hoje o termo é empregado politicamente. No entanto, o que exatamente é o totalitarismo? O próprio fato de tão frequentemente ser invocado hoje em dia indica que muito do seu significado concreto se esvaziou na dinâmica da retórica política, sendo necessário um breve resgate e discussão do que realmente significa e o que o distingue de outros sistemas autoritários do período.

O conceito de totalitarismo implica o controle total. Cassinelli (1960), porém, identifica ao menos duas formas distintas de interpretar o que significa esse controle. Em um, a totalidade está no completo controle de todos os aspectos da vida, no qual estão inclusas as crenças e as ideias. No outro, entende-se por total destruição da personalidade; uma atomização da sociedade decorrente da ausência de referenciais de autoridade e de relações interpessoais. Essa segunda noção será discutida por Arendt (2007), que esmiúça os aspectos mais elementares da emergência do fenômeno totalitário na Europa dos anos 1930. O elemento constantemente destacado é o totalitarismo como algo indissociável da massa.

Os movimentos totalitários são possíveis onde quer que existam massas que, por um motivo ou outro, desenvolveram certo gosto pela organização política. As massas não se unem pela consciência de um interesse comum e falta-lhes aquela específica articulação de classes que se expressa em objetivos determinados, limitados e atingíveis (ARENDT, 2007, p. 361).

O fim do sistema partidário e o descrédito com o qual ele era encarado na década de 1930 estava intimamente associado ao fim do sistema de classes, que tornou as massas desorganizadas e iradas, sendo o único elemento comum aos seus membros a descrença no sistema político partidário e nas suas lideranças. O processo de formação dessa massa é catalisado pela profunda crise inflacionária e desemprego que se abateu especialmente sobre a Alemanha e Áustria no esteio da primeira guerra, embora efeitos bastante semelhantes tenham se manifestado em países como França e Itália.

A crise econômica, no entanto, não deve ser tomada como única responsável pelo surgimento de um movimento totalitário – propriamente entendido – uma vez que as crises econômicas são constantes, mas os fenômenos totalitários de massa não o são. Surgiram na década de 1930 diversos líderes carismáticos e autoritários que, tendo sucesso ou não em manter

o poder, não atingiram o mesmo grau de comprometimento e lealdade das massas que o observado na Alemanha e União Soviética. O totalitarismo engaja precisamente o indivíduo deslocado da sociedade - aquele que não vê a própria importância no coletivo - cuja característica principal é o seu isolamento e a sua falta de relações sociais normais. Com uma profunda “consciência da desimportância e da dispensabilidade deixava de ser a expressão da frustração individual e tornava-se um fenômeno de massa” (ARENDT, 2007, p. 365). Arendt concorda, nesse ponto, com Berdyaev, que escreveu a partir das suas impressões obtidas do discurso soviético na Rússia revolucionária:

As promessas do humanismo não foram cumpridas. O homem experimenta uma fadiga imensa e está pronto a apoiar-se sobre qualquer gênero que seja de coletivismo, em que definitivamente desaparecesse a individualidade humana. O homem não pode suportar seu abandono, sua solidão. (BERDYAEV, 2017, cap. I).

Segundo Arendt, “A principal característica do homem da massa não é nem a brutalidade nem a rudeza, mas o seu isolamento e a sua falta de relações sociais normais.” (2007, p. 367). Não é a violência o elemento que une essa massa, mas é apenas instrumentalizado a partir da dissociação que seus membros sentem de qualquer participação e sentido, da completa descrença no sistema político partidário assim como da sua frustração difusa, mas generalizada e não direcionada. O totalitarismo surge, na verdade, como o catalisador que mobiliza e organiza essa massa por meio da ação, mas não uma ação direcionada, com objetivos políticos claros e bem definidos – como os observados entre as classes organizadas em partidos – mas que demanda, por isso mesmo, a total e incondicional lealdade de seus membros. Porém, o conceito de totalitarismo em Arendt, talvez surpreendentemente, descarta o fascismo italiano como um fenômeno totalitário⁹ pois:

O verdadeiro objetivo do fascismo era apenas a tomada do poder e a instalação da “elite” fascista no governo. O totalitarismo jamais se contenta em governar por meios externos, ou seja, através do Estado e de uma máquina de violência; graças à sua ideologia peculiar e ao papel dessa ideologia no aparelho de coação, o totalitarismo descobriu um meio de subjugar e aterrorizar os seres humanos internamente (ARENDT, 2007, p. 375, grifo do autor).

⁹ Embora a interpretação de Arendt seja popular, existem aqueles que discordam dessa exclusão do fascismo da classe dos fenômenos totalitários. Gentile (2008), por exemplo, discorda profundamente desta exclusão e considera o trabalho de Arendt repleto de afirmações contraditórias e paradoxais, que transforma o totalitarismo em um fenômeno de difícil caracterização, intermitente, que aparece e desaparece. De fato, o texto de Arendt parece tortuoso e poderia sugerir contradições. No entanto, a densidade da análise e a complexidade do fenômeno - em sua manifestação tanto regional como temporal -, não permitem o simples resumo em uma série de fórmulas práticas, nem uma caracterização simples. Apesar das dificuldades do texto, e quaisquer imperfeições do argumento, a análise de Arendt ainda se impõe pela riqueza da análise e o interminável repositório de considerações originais que tornam impossível ignorá-la em qualquer tratamento do tema.

De fato, Mussolini tinha um programa de governo baseado na ação, sem metas e projetos formais, com emprego de violência e controle do estado, mas isso apenas não é o suficiente para configurar um movimento totalitário. Muito do fascismo foi sendo improvisado e adaptado ao longo do tempo e apenas em seus estágios finais na década de 40 arregimentaria mais das características do totalitarismo.

Os próprios nazistas insistiam na diferença. De acordo com a opinião de Joseph Goebbels, o fascismo é: “[...] completamente diferente do nacional-socialismo. Enquanto este último desce até as raízes o fascismo é superficial” (GOEBBELS *apud* ARENDT, 2007, p. 359).

A ausência de um objetivo político que constitua a finalidade do movimento totalitário o condena a sustentar o apoio e lealdade das massas através da constante ação, que só pode ser sustentada pela constante busca de um ideal vago, obtuso, difícil de se definir concretamente. O nazismo era vago quanto ao que faria de fato com os Judeus assim como evitava empregar em seus discursos políticos palavras precisas sobre como seria seu modo de governar. A própria ideologia racista de Hitler, que é um dos elementos mais prevalentes em sua retórica era repleta de termos e propósitos vagamente definidos. Pode-se extrair dele no máximo a sinalização a uma nova ordem, que seria regida pela raça-mestre, emergiria das cinzas da antiga sociedade, sem, no entanto, ser atribuído nada concreto a cada um desses termos, nem possível descrever nenhuma das características dessa sociedade futura. É notável que Hitler considerava o conceito de raça apenas uma ficção útil, alegando saber que a ideia não tinha peso científico (CASSINELLI, 1960). De fato, apesar de uma retórica claramente de ódio ao judeu por parte dos nazistas, até 1939, não era clara a intenção de extermínio e genocídio, fosse para o alemão médio ou para o resto do mundo (BYTWERK, 2005).

A lealdade total só é possível quando a fidelidade é esvaziada de todo o seu conteúdo concreto, que poderia dar azo a mudanças de opinião. Os movimentos totalitários, cada um ao seu modo, fizeram o possível para se livrarem de programas que especificassem um conteúdo concreto, herdados de estágios anteriores e não-totalitários da sua evolução (ARENDT, 2007, p. 373).

Esse aspecto se manifesta com particular clareza na ideia de um Reich global de mil anos, na visão promissora de uma *Volkgemeinschaft*¹⁰ ariana que substituiria todos os outros povos (até mesmo o alemão), e no significado histórico das ações e do dever do indivíduo

¹⁰ Algo como “sociedade do povo”, em alemão. Havia nesse conceito uma resposta, ou proposta alternativa nazista, à ideia comunista de uma sociedade sem classes, com a vantagem, do ponto de vista propagandístico, de não depender das grandes condições históricas e movimentos abstratos determinados pela dinâmica das classes, mas da vontade do partido e realizável pelo movimento.

comum naquele momento, que garantiria o elemento de coerência e sentido que era ausente em sua vida, oriundo do sentimento de carência de um lugar no mundo. Nesse contexto, o uso da propaganda se tornou indispensável aos regimes totalitários, sendo a ferramenta pela qual as massas eram isoladas do mundo real e mergulhadas em um universo coerente, estável, no qual era possível se auto afirmar, mas completamente fabricado. O que importava não era a correspondência da realidade com o discurso da propaganda, mas a coerência desta com o sistema pregado pelo discurso oficial. Mesmo diante do absurdo, o apego às mentiras originais é necessário pelos líderes totalitários para a manutenção da coerência de todo o sistema. Não se trata de um apego à mentira que funcionou ou a uma obstinação incorrigível, mas o elemento que valida o que o partido faz ao mesmo tempo que a ação deste confirma a narrativa. A propaganda não é mais uma ferramenta de convencimento, da qual se pode concordar ou discordar, mas parte da vida das pessoas. Não se discorda do racismo da propaganda antissemita quando a todo momento ele é confirmado pelas regras de segregação racial que vê diariamente ao redor.

A propaganda era prevalente e utilizava todas as mídias: cinema, rádio, arte, posters etc. No entanto, o regime Nazista demonstrou, desde cedo, uma atenção especial à juventude como alvo da propaganda, com os professores compreendidos como a vanguarda dessa propaganda. O objetivo explícito de erradicar o senso de individualidade se daria por meio de um programa compreensivo de doutrinação em todas as frentes, desde a infância, no qual a *Hitler Jugend* (Juventude Hitlerista) era apenas uma frente. A atenção dos dirigentes nazistas ao papel do professor nesse aspecto já se mostra em 1929, quando estabeleceram uma Liga de Professores Nacionais Socialistas e em 1933 quando o partido assegurou controle sobre a profissão com um decreto de Hitler (WELCH, 2004). A mesma atenção à juventude se observa na União Soviética, por exemplo, com o culto em torno de Pavlik Morozov, o adolescente semi-lendário que denunciou os pais por serem simpatizantes dos culaques e acabou morto por seus parentes. Sua imagem e história foi empregada de diferentes formas como ferramenta para reforçar a lealdade de crianças e adolescentes ao regime, embora, finalmente, a ambivalência das políticas stalinistas para a família demonstre que, mesmo que houvesse a intenção de estabelecer lealdade incondicional ao partido, possíveis repercussões sociais negativas e considerações práticas sobre os efeitos deletérios de desestruturar completamente a família foram mais fortes e exigiram uma acomodação por parte do regime (THURSTON, 1991).

Com a prevalência da propaganda na sociedade totalitária, faz-se necessário perguntar que tipo de sucesso ela alcançou entre as massas. No caso alemão, a tentativa de tornar o *Volksgemeinschaft* um substituto para focos tradicionais de lealdade na religião e na política,

ou de evitar as reclamações e protestos do povo não logrou sucesso. No entanto, é possível dizer que foram eficazes em, ao menos, suspenderem essas outras lealdades com uma narrativa de harmonia social e de tornarem as massas suficientemente passivas e despolitizadas, servindo como elemento integrador para muitos alemães. Mesmo quando havia insatisfação generalizada, como em uma breve crise econômica em 1935, uma vez que o partido era único e presente em todos os aspectos e organizações da vida social, os indivíduos se encontravam sempre sob influência do partido e já não tinham formas de pensarem sozinhos, deixando a sociedade sem canais para dissensão (WELCH, 2004). No entanto, Hannah Arendt observa como, ironicamente, a primeira guerra esfriou o sentimento nacionalista. No entre guerras, era mais importante ter participado das trincheiras, qualquer que fosse o lado, do que ser alemão ou francês. Foi a ênfase na experiência militar que tornou os slogans nazistas atraentes entre diversos grupos de veteranos de toda a Europa. Mesmo entre a própria direita, os slogans nacionalistas tinham mais valor pelo seu conteúdo violento do que pelo apelo à nação (ARENDT, 2007).

Por outro lado, entre os intelectuais, o totalitarismo exercia um fascínio por razões diferentes. Havia uma herança das escolas intelectuais desencantadas e fascinadas com a ideia de denunciar a hipocrisia da sociedade liberal. Poder e violência não deviam ser temperados por nenhum outro racional, sendo, na verdade, as supremas aptidões da humanidade. “Contentava-se em participar cegamente de qualquer coisa que a sociedade respeitável houvesse banido, independentemente de teoria e conteúdo, e promovia a crueldade à categoria de virtude maior porque contradizia a hipocrisia humanitária e liberal da sociedade” (ARENDT, 2007, p. 380).

Sem a possibilidade de mudança radical de papel e de caráter, o mergulho voluntário nas forças sobre-humanas da destruição parecia salvá-los da identificação automática com as funções preestabelecidas da sociedade e sua completa banalidade, ao mesmo tempo em que parecia ajudar a destruir o próprio funcionamento (ARENDT, 2007, p. 381).

Embora a “ralé” (*mob*, no original inglês) fosse atraída pelo gênio, pela ação e o poder da fama – o que era a antítese dos gostos da elite – a aliança entre os dois se baseou em boa medida no prazer que a elite sentia ao assistir o ímpeto destrutivo da ralé que denunciava e demolia aquilo que tinham como a sociedade hipócrita e suas respeitabilidades fingidas. Havia entre os membros da elite intelectual uma exultação diante do revolucionário e da destruição, como se a única resposta possível à sociedade fosse sua completa aniquilação. Parte desse desprezo originava do deslocamento que a elite intelectual sofreu junto com os outros elementos da população pelas grandes transformações sociais ocasionada pela diluição das classes, que

levava a uma recusa do mundo tal como era, de sua história e suas narrativas, demandando a sua substituição pela vontade, revelando como falsa sua pretensa realidade e enterrando-a definitivamente pela construção de uma nova, pela força, provando definitivamente a subordinação da verdade ao poder.

A essa aversão da elite de intelectuais pela historiografia oficial, à sua convicção de que nada impedia que a história, fraudulenta como era, fosse usada como brinquedo por alguns malucos, deve acrescentar-se o terrível fascínio exercido pela possibilidade de que gigantescas mentiras e monstruosas falsidades viessem a transformar-se em fatos incontestes, de que o homem pudesse ter a liberdade de mudar à vontade o seu passado, e de que a diferença entre a verdade e a mentira pudesse deixar de ser objetiva e passasse a ser apenas uma questão de poder e de esperteza, de pressão e de repetição infinita. O que os fascinava não era a habilidade com que Hitler e Stálin mentiam, mas o fato de que pudessem organizar as massas numa unidade coletiva para dar às suas mentiras uma pompa impressionante. O que era simples fraude do ponto de vista factual e intelectual parecia receber a bênção da própria história quando toda a realidade dinâmica dos movimentos passou a sustentar a mentira, fingindo tirar dela o entusiasmo necessário para a ação (ARENDT, 2007, p. 383).

É difícil encontrar um exemplo mais claro dessa tendência entre os intelectuais do que George Bernard Shaw. Embora sua fervorosa admiração por Stalin – com sua constante defesa dos crimes stalinistas ao longo da carreira – seja mais conhecida, o autor inglês conseguia encontrar espaço para admirar também Hitler e Mussolini, “porque, esses homens estavam tentando fazer algo e porque todos eles se livraram do sistema de partidos ‘pseudodemocráticos’ – aquela máquina sem paralelos para prevenir qualquer coisa de ser realizada” (GEDULD, 1961, p. 12). Sem dúvidas, o Stalinismo teve mais sucesso em atrair simpatizantes intelectuais pela Europa do que o Nazismo, cujo maior destaque seja talvez o muito discutido caso de Martin Heidegger, embora na Alemanha, pessoas com diplomas e posicionadas em cargos burocráticos tenham sido atraídas pelo carisma do histérico líder de forma mais significativa (FERGUSON, 2015). No entanto, a diferença entre os efeitos que o stalinismo e o nazismo exerceram sobre os intelectuais é uma de forma e não de essência, o que permite estudar ambas simultaneamente. Refletindo sobre seus anos de militância no partido comunista entre 1931 e 1938, Arthur Koestler descreve sua experiência como uma de “castração intelectual”, na qual tentava, por um lado, reconciliar as demandas de Stalin com aquilo que acreditava ser a doutrina comunista e, por outro, provar que era de fato verdadeiramente comprometido com a revolução. Embora não pudesse entender as ordens vindas de Moscou, acreditava em sua correção, uma vez que o partido não podia estar errado. Mesmo após os expurgos de Stalin, que levaram à prisão dois amigos próximos e o cunhado, e na sua saída do

partido, foram necessários anos para Koestler finalmente perder toda a fé na União Soviética e no projeto revolucionário (REDMAN, 1951).

Há considerável escrutínio da atividade dos intelectuais alemães, especialmente entre os professores universitários, sobre sua conduta durante os anos iniciais de Hitler no poder. Apesar do amplo prestígio que professores e educadores tinham na sociedade alemã, há a percepção de que, enquanto classe, houve negligência por parte da elite acadêmica diante do fenômeno nazista. Ainda na década 1930, intelectuais alemães como o autor Thomas Mann e o economista Wilhelm Röpke já apontavam a convivência das universidades com o regime. Faz-se necessário ressaltar que o apoio ao regime variava de disciplina para disciplina, e em algumas áreas o apoio era mais declarado do que em outras. Entre os historiadores alemães da época, por exemplo, o tratamento dado à ascensão de Hitler ao poder foi essencialmente um de passividade. Mesmo com a demissão de 1700 membros da academia¹¹ após implementação da Lei para a Proteção do Serviço Civil Profissional de Abril de 1933, que permitia a demissão de servidores tidos como racialmente ou politicamente indesejados não motivou protesto ou ação coletiva por parte dos historiadores alemães (SIMS, 2003).

Apesar do comprometimento do intelectual com o totalitarismo, o totalitarismo tem pouco uso para ele. Toda forma de iniciativa é alheia ao funcionamento do totalitarismo, que exige total obediência e, não sem razão, assim como as manifestações políticas, o espírito artístico e de exploração inovadora é reprimido, reforçando aquele entendimento de que o totalitarismo deve, acima de tudo, se voltar para a destruição do espírito humano. Picasso era comunista, mas não era apreciado na Rússia. O realismo artístico soviético não precisava de inovação, mas de conformidade. Da mesma forma, o nazismo aderiu a um estrito receituário de arte permitida, a *Große Deutsche Kunst*, devidamente exemplificada em exposições anuais juntamente com as galerias de *Entartete Kunst*¹², expostos como exemplo da degeneração que o regime vinha superar e desenhadas para tornar a reflexão impossível. Não deixa de ser

¹¹ Esse número representa 15% de todos os professores na Alemanha, sendo 80% desses judeus com os outros 20% divididos entre alemães republicanos ou alinhados à esquerda (SIMS, 2003).

¹² Alta Arte Alemã e Arte Degenerada, respectivamente, cuja exposição simultânea em Munique tinha claro objetivo propagandístico. Ambas as exposições eram simetricamente planejadas, de forma a, em uma, denunciar o indesejado na arte e, na outra, apresentar seu contraponto politicamente correto. Certos detalhes das exposições são reveladores. Apesar da simetria entre as exposições, existem apenas representações “degeneradas” de Cristo, sem uma contrapartida adequada na arte aceita, revelando algo da postura essencialmente anticristã do nazismo – e da incompatibilidade da existência de outro messias além de Hitler – apesar do seu acordo tácito e pragmático com elementos simpatizantes dentro da igreja. Outro aspecto de destaque é a frequência com que artistas e obras degeneradas eram incorretamente nomeadas na galeria. Mais do que descaso, esse fato se explica pela capacidade que o nazismo tinha de exercer arbitrariamente e impunemente o seu poder. Dentre os artistas expostos estavam nomes como Kandinsky, Klee e Chagall. Para mais informações, o artigo de Levi (1998) apresenta um balanço da função propagandística das exposições.

significativo o fato de que Emil Nolde, um membro do partido nazista desde 1920, tenha sido exposto como artista de arte degenerada, reforçando a ideia de que, para o totalitarismo, filiação ao partido não era proteção contra acusações de heterodoxia (LEVI, 1998).

O apelo do discurso de Hitler estava, em parte, nas soluções fáceis e grandiosas para os problemas alemães. Onde uns temiam que o investimento estatal aceleraria a inflação, Hitler colocaria seus capangas da *Surmabteilung*¹³ para lidar com os empreiteiros desonestos; onde diplomatas mais sofisticados como Stresemann defendiam o pagamento das reparações mesmo que apenas para provar a impossibilidade de serem pagas, Hitler sugeria a moratória. As táticas de campanha de Goebbels também capturavam a atenção do eleitorado, com suas impressionantes demonstrações de poder e organização, e seu cuidadoso ajuste da mensagem aos diferentes segmentos sociais que desejava seduzir. Apesar de ter sido em grande parte um partido minoritário nos anos 20, com a insatisfação gerada pela depressão, o crescimento do partido nos anos 1930 foi dramático. Uma análise dos votos recebidos pelo partido mostra que tinham sucesso em quase todo o espectro político da sociedade alemã. O voto no partido nazista não variava proporcionalmente à taxa de desemprego e até dois quintos de eleitores em alguns distritos eram trabalhadores empregados, para a surpresa dos comunistas. A maior resistência aos Nazistas vinha dos setores católicos da sociedade, que se mostravam menos entusiásticos com o partido do que os protestantes alemães (FERGUSON, 2015).

¹³ Literalmente “destacamento tempestade” e mais conhecido como SA, era o grupo paramilitar dos primeiros anos do Partido Nazista. Após a noite da Longas Facas, o líder Ernst Röhm foi assassinado a mando de Hitler e a organização desarticulada e substituída pela *Schutztaffel*, ou SS.

5 A CRISE DE 2008 E OS ANOS 2010

A crise de 2008 foi a maior crise enfrentada pela economia norte americana desde a grande depressão. Suas causas imediatas foram relacionadas à uma corrida aos bancos de investimento, em uma estrutura de crédito que se formou, durante décadas, paralelamente ao sistema bancário tradicional, sustentado por instrumentos financeiros baseados em dívidas, e que veio a ser chamada de *shadow banking* devido à sua natureza elusiva, mas também ubíqua. No entanto, essa crise é de explicação mais complexa uma vez que os instrumentos financeiros envolvidos não são bem compreendidos (GORTON; METRICK, 2013). Uma sofisticada relação entre o crescimento constante do mercado imobiliário, o crédito fácil, a desconsideração de riscos por instituições financeiras e a securitização com base em hipotecas pouco confiáveis operaram para o colapso do sistema financeiro em 2008, ano em que a quarta maior firma de investimentos dos Estados Unidos, o Lehman Brothers, quebrou. Embora a baixa no mercado imobiliário viesse afetando diversas instituições de investimentos nos Estados Unidos desde 2006, o governo americano e, em alguma medida, outras agências privadas vinham agindo de forma a controlar a crise, através de intervenções e resgate de agências vulneráveis, como ocorreu com Freddie Mac e Fannie Mae pelo governo e o banco de investimento Bear Sterns pelo seu par em Wall Street, o poderoso banco J. P. Morgan Chase. Essas compras ajudavam a dar sobrevida a um mercado à beira do colapso. No entanto, quando o Lehman Brothers anunciou estar na iminência de falir, o governo americano decidiu não salvar o banco, a fim de evitar o risco moral, isto é, reforçar a crença de que bancos poderiam incorrer em riscos insensatos acreditando que estariam garantidos pelo governo americano em caso de emergência (MARICHAL, 2016). Ironicamente, essa medida que deveria servir para evitar um maior envolvimento governamental na crise, gerou um pânico no setor financeiro global, o que forçou o governo americano a se envolver no resgate de diversas outras companhias (THE ECONOMIST, 2019).

A deterioração expressiva e repentina da economia global suscitou resposta por parte do governo de diversos países. Bancos centrais criaram programas inovadores para financiar empresas em necessidade e evitar o risco de um colapso geral. O Congresso dos Estados Unidos passou o *Emergency Economic Stabilization Act* de 2008 que, dentre outras medidas, alocou US\$ 700 bilhões para salvar as firmas em risco de falência - que ficou conhecido como o *bailout* do sistema financeiro - e um pacote de estímulos (o *American Recovery and Reinvestment Act* de 2009) somando outros US\$ 800 bilhões. O FED (*Federal Reserve*) chegou a emprestar um total de US\$ 1.1 trilhão sob diferentes condições para firmas e grupos afetados. Junto a isso,

também foram elaboradas novas regras de regulamentação e aprovadas profundas reformas no sistema financeiro (GORTON; METRICK, 2013). Intervenções semelhantes ocorreram na Europa. O governo de Gordon Brown na Inglaterra anunciou um plano de resgate de 280 bilhões de libras esterlinas em outubro de 2008 visando salvar bancos que, em alguns casos, vieram a se tornar virtualmente nacionalizados. A zona do Euro também reagiu com reuniões de chefes de Estado visando passar a imagem de uma iniciativa coordenada de contenção da crise e prometendo fornecer bilhões de euros em recursos para empréstimos e pacotes de resgate para bancos com problemas.

O governo francês e o Banco da França comprometeram-se a proporcionar 320 bilhões de euros em empréstimos aos bancos privados com o fim de manter a atividade creditícia, além de prometer uma injeção de 40 bilhões de euros nos grandes bancos comerciais com problemas, como a *Société Générale* e o BNP Paribas. A chanceler alemã Angela Merkel comprometeu-se a oferecer 400 bilhões de euros em empréstimos ponte do banco central (*Bundesbank*) aos bancos privados e um montante de 80 bilhões de euros para injetar capital nos bancos em situação de insolvência (MARICHAL, 2016, p. 258).

Apesar da reação rápida, a economia global sentiu os efeitos da crise. O PIB (Produto Interno Bruto) do Reino Unido diminuiu 6% entre 2008 e 2009, vindo a atingir os níveis pré-crise apenas na metade de 2013, e o desemprego subiu de cerca de 5% em 2008 para um máximo de 8,2% no final de 2012, retornando aos níveis anteriores apenas em dezembro de 2015. O crescimento dos salários se mantiveram abaixo da inflação durante 10 anos, apesar de uma breve alta entre 2014 e 2015 devido às flutuações nos preços do petróleo e da Libra Esterlina (OFFICE FOR NATIONAL STATISTICS, 2019).

Apesar de ter se considerado apenas marginalmente afetada pela crise em setembro de 2008, a economia alemã logo seguiu um caminho semelhante ao do Reino Unido, com uma queda de 5% do PIB em 2009, afetada especialmente pela sua dependência do setor exportador e pela redução do crédito com a virtual falência de diversos bancos. No entanto, a recuperação foi mais rápida e, ao final de 2011, já se encontrava aproximadamente na mesma trajetória de crescimento anterior à crise. Caso singular entre as principais economias, a Alemanha viu suas taxas de desemprego declinarem durante a crise, graças a uma engenhosa colaboração entre governo, sindicatos e empregadores¹⁴ (DOSTAL, 2017). No entanto, o país saiu com um

¹⁴ Por um lado, o Estado pagava subsídios de curto prazo para trabalhadores que tinham que reduzir seu período de trabalho. Por outro, trabalhadores podiam tirar horas de bancos de horas que foram estabelecidas na última década, facilitando mais flexibilidade e rendas mais estáveis. Como com as contas de poupança, trabalhadores podiam (e ainda podem) acumular um banco de horas trabalhadas (geralmente horas-extra) durante períodos de crescimento que não são pagos naquele momento e tirá-las em tempos de recessão, sendo pagos, assim, por aquelas

aumento significativo da dívida pública (83% em 2010, contra 64% antes da crise), embora ainda abaixo dos níveis de outros países do continente. (DAUDERSTÄDT, 2013).

Em termos de redução de PIB durante a crise, a França teve uma queda menor que o Reino Unido e Alemanha (3,9% do PIB em 2009), se mostrando menos sensível à crise do que a média da Zona do Euro no período. No entanto, o crescimento da economia francesa desde então tem se mostrado bastante devagar e quase estagnante, crescendo em média 1% ao ano desde 2010 e, desde 2014, menos que a Zona do Euro (KHAN, 2014; BAUDCHON, 2017). O desemprego subiu de um total de 2 milhões de pessoas para perto de 2,8 milhões entre 2008 e 2014, ou seja, 10,2% da população ativa. Ademais, a dívida pública saltou de 65,2% do PIB em 2008 para 95% em 2014, um crescimento de mais de 57% no período (GOUIFFÈS, 2014). Apesar do desempenho fraco da França, este ainda se encontra muito acima da realidade italiana. Com uma economia estagnada já desde antes da crise de 2008, o padrão de vida do italiano (calculado através da renda per capita real) se encontra virtualmente no mesmo nível de 20 anos atrás, contra o crescimento de 28% do mesmo índice na Alemanha e 17% na França. Enquanto isso, a dívida pública que se encontrava em 103,4% do PIB em 2007, saltou para 130% do PIB em 2018 (ANNUNZIATA, 2018). No início de 2018, o desemprego na Itália se encontrava em 11%, atrás apenas da Grécia e Espanha na zona do Euro. Entre jovens, o desemprego é ainda pior, atingindo 32,5% da população entre 15 e 24 anos, contra a média de 15,6% da União Europeia, valor semelhante ao de antes de 2008 (KROGSTAD; FLORES, 2018). A Itália e a Grécia são os únicos países da União Europeia que não conseguiram atingir uma recuperação aos índices anteriores à crise de 2008 (ROMEI, 2018). De fato, se mantidos os atuais níveis de crescimento, o país só deve se recuperar plenamente ao nível pré-crise, em 2024 (FORBES, 2019).

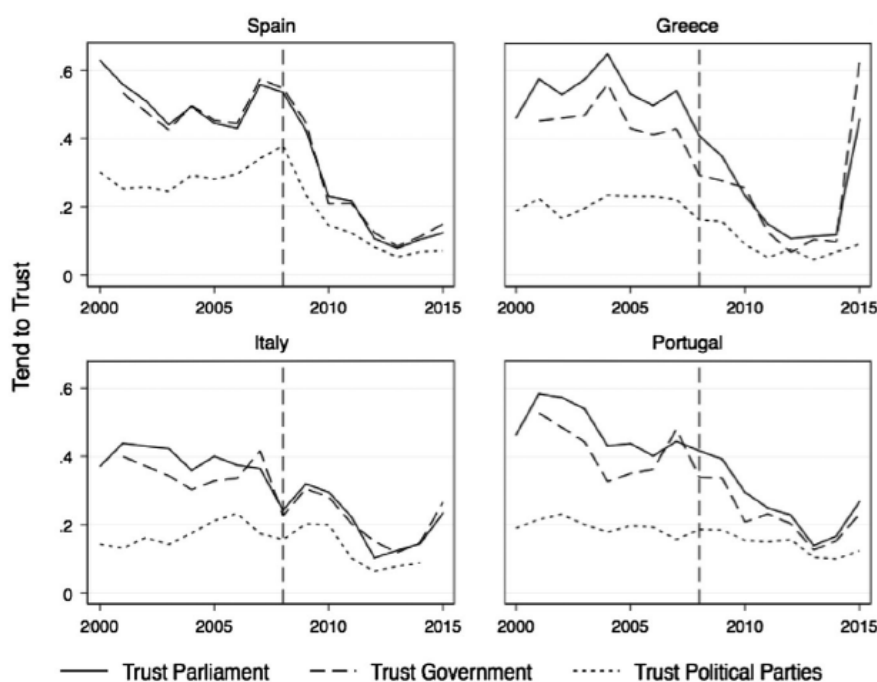
Um interessante aspecto de comparação entre esses países se dá na forma com que reagiram à crise em termos fiscais. O Reino Unido optou por uma via de cortes nos gastos públicos: até o fim de 2015, 82% das medidas fiscais no Reino Unido foram de cortes em gastos, resultando em menores níveis de gastos e empréstimos do que antes da crise, embora ainda com uma base tributária semelhante. Boa parte desses cortes se deu em benefícios para adultos em idade de trabalho – semelhante à França – tendo tomado o cuidado de não cortar significativamente dos setores de saúde e educação. Por outro lado, Itália e França optaram por

horas sem estar realmente trabalhando. Claro, se a crise tivesse durado mais tempo, ambos os partidos teriam incorrido em problemas de financiamento. Empresas teriam que despedir trabalhadores e o governo teria problemas para continuar pagando generosos benefícios trabalhistas de curto prazo (DAUDERSTÄDT, 2013, p. 11, tradução própria).

uma estratégia de aumento de impostos, resultando em países com maiores tributos, maiores gastos – ambos evitaram cortar gastos com benefícios sociais, por exemplo - e maior nível de empréstimos do que antes da crise (EMMERSON; TETLOW, 2015).

A recuperação da União Europeia após 2008 foi afetada por outro fator, endógeno à zona do euro: a crise da dívida Grega. Embora a situação grega não tenha sido causada exclusivamente pela crise em 2008 - sendo necessário destacar o papel do governo grego na apresentação de suas finanças públicas, a resposta hesitante da Alemanha no comprometimento com um pacote de resgate e as diferenças econômicas entre os membros da união monetária do euro – o pânico gerado em Nova York tornou investidores mais cautelosos e menos propensos a selecionarem países com risco de moratória. No caso grego, esse risco era percebido como alto, devido ao grande volume de dívida renovável do país, a perspectiva de uma difícil reestruturação dessa dívida, e a baixa credibilidade do governo (VERDE, 2011). De fato, a crise da dívida grega na zona do Euro é distinta da crise financeira de 2008. No entanto, devido à proximidade entre as duas e uma vez que esta implicou – ou acelerou - o surgimento daquela, optou-se nesse trabalho por não se aprofundar sobremaneira nas diferenças entre as duas, considerando uma o desdobramento da outra. No entanto, é necessário reconhecer que do ponto de vista da elaboração de políticas no continente europeu, a possibilidade de contágio da crise Grega “expôs fragilidades fundamentais na governança da União Europeia, ameaçando a estabilidade das economias da zona do euro” (ZAHARIADIS, 2012, p. 99, tradução própria).

FIGURA 3: Níveis de confiança nas instituições políticas nacionais.



Fonte: Muro e Vidal (2016).

Os efeitos sociais das crises combinadas repercutiram na política. Muro e Vidal (2016) demonstram como a crise afetou negativamente a confiança da população no governo, parlamento e nos partidos na Itália, Espanha, Grécia e Portugal. Como se observou na década 1930, a insatisfação causada pelos choques econômicos e a percepção de que os partidos tradicionais são, ou responsáveis pela crise, ou não estão à altura de enfrentá-la, levou a população a rejeitar lideranças estabelecidas e buscar respostas em alternativas novas.

A possibilidade de contágio da crise grega na Itália – aliado à uma série de escândalos - custou o apoio popular ao governo Berlusconi que resignou em 2011, interrompendo 17 anos de carreira política e mergulhando a Itália em um vácuo de lideranças e desgosto popular com a política (DONADIO; POVOLEDO, 2011). Essa situação abriria espaço para o surgimento de novas formas de organização política, como Movimento 5 Estrelas (M5s), que pouco mais de 3 anos após sua fundação, ganhou mais de 25% dos votos nas eleições gerais de 2013. Formado em torno da figura de Beppe Grillo, um antigo comediante da televisão que se reinventou na internet, o movimento iniciou a partir de um grupo disperso de temas e interesses. Se colocam como alternativa – e mesmo contrários – ao sistema tradicional de partidos, se recusando a formar alianças com estes; destacam a luta contra a corrupção na política italiana e exigem que seus membros não tenham antecedentes criminais; enfatizam a democracia direta; e se organizando de forma horizontal, sem lideranças hierarquizadas ou personalistas, fenômeno comum na história italiana. O próprio Grillo nega ser um líder e se anuncia mais como um porta-voz do movimento. No entanto, por trás dessa aparência de alternativa, existe um núcleo de comunicação e organização profissional e a própria marca do partido está sob controle de Grillo, que lhe garante o poder de dizer quem está e quem não está no movimento (CECCARINI; BORDIGNON, 2016). Nas eleições de 2018, com nenhum partido capaz de formar uma maioria, o M5s – contradizendo seu discurso original – formou uma coalizão com o partido *LEGA*¹⁵. Até então rivais, os dois partidos conseguiram convergir em uma plataforma eurocética – animando lideranças eurocéticas em outros países e deixando a Zona do Euro em alerta - e anti-imigração, prometendo cortes de impostos e elegendo Giuseppe Conte como primeiro ministro, um professor de direito pouco conhecido e aparentemente submisso às diretrizes dos líderes de ambos os partidos: Matteo Salvini (*LEGA*) e Luigi Di Maio (M5s) (THE EDITORIAL BOARD, 2018).

¹⁵ *Lega Nord per l'Indipendenza della Padania*. Partido italiano que reúne diversos movimentos pró federalização do norte da Itália buscando maior autonomia regional, existente desde 1991. No entanto, nos últimos anos, vem buscando aumentar o alcance do partido, se rebatizando apenas como *LEGA* – em uma tentativa de conquistar a região sul do país – e enfatizado sua postura anti-imigração, conquistado influência política com essa plataforma (BALMER, 2018).

Na França, os efeitos econômicos da crise se fizeram sentir na popularidade do então presidente Sarkozy, considerado incapaz de lidar com a crise. De fato, a campanha de François Hollande, um candidato quase que accidental, deu mais ênfase às falhas de Sarkozy do que suas próprias propostas, em uma eleição caracterizada como, na verdade, um referendo a respeito de Sarkozy e seu modo de governar (CLIFT, 2012; KUHN, 2014). O fato do voto em Hollande ter sido, em grande parte, um voto contra Sarkozy, explica o curto período de entusiasmo popular com o candidato e a rápida queda de popularidade do presidente após eleito: a aprovação do presidente que iniciou em 61% em 2012, se encontrava em meros 29% um ano depois. No entanto, deve ser apontada os efeitos que a crise bancária, logo transformada em crise da dívida soberana na Europa e o mau desempenho da economia francesa, alimentaram sentimentos de insatisfação popular que se manifestaram negativamente na imagem do presidente. Apesar das expectativas em torno de Hollande, havia relativamente pouco que ele poderia fazer, uma vez que a adesão à normas do bloco europeu também significa um leque menor de possibilidades de atuação para o governo francês, comprometido com os limites de déficit e de flexibilidade da política monetária, impostos pela União Europeia (KUHN, 2014).

A presidência Hollande é a de menor aprovação popular da Quinta República, e a percepção negativa do governo e do sistema político levou o povo francês a rejeitar os dois partidos que vinham governando a França desde os anos 50, em uma das transformações mais importantes da atual República (EVANS; IVALDI, 2017). As eleições de 2017 representam uma ruptura histórica com a antiga dinâmica política no país. Em seu primeiro turno a distribuição dos votos foi distribuída de forma aproximadamente igual entre quatro candidatos, três dos quais eram *outsiders*. Com uma mistura de oportunismo, inovação durante a campanha e tato político, Emmanuel Macron foi capaz de lançar um movimento popular que mobilizou a opinião pública, conquistando mais seguidores em um ano do que os dois principais partidos do país. Considerando o sistema existente de partidos inadequado para resolver os problemas do país (especialmente o desemprego e baixo crescimento) e a tradicional divisão esquerda-direita como prejudicial à capacidade do país implementar as reformas necessárias, Macron despontou como uma surpresa na eleição de 2017 (MÉNY, 2017).

No entanto, a eleição de 2017 também se destaca pela ascensão de partidos radicais nos dois polos do espectro político: a *Front National* (FN) da Marine LePen e *La France Insoumise* (FI) de Jean-Luc Mélenchon. O período de 2007-2017 foi de reestruturação e mudança para essas duas lideranças. Surgida em 2016, após a ruptura de Mélenchon com uma coalizão de esquerda, a FI se pautou por uma postura eurocética e populista, se opondo às medidas de austeridade e

ortodoxia fiscal da União Europeia. A estratégia reverberou na sociedade, angariando 19,6% dos votos (EVANS; IVALDI, 2017).

A FN, por outro lado, é um partido antigo no cenário político francês. No entanto, sempre permaneceu às margens do sistema político, com a exceção de 2002, quando Jean-Marie Le Pen, chegou ao segundo turno e obteve apenas 17% dos votos contra Jacques Chirac. Em 2017, no entanto, Marine Le Pen também chegou ao segundo turno, obtendo 33% dos votos. O sucesso do partido se explica pela reformulação de sua imagem e sob a liderança de Marine, que conseguiu convencer a população francesa de que a FN é “um partido como os outros” (LE POINT, 2015). Apesar de manter as mesmas plataformas de sempre – Euroceticismo¹⁶, anti-imigração, anti-islamificação, cuja solução se encontra em maior soberania nacional – o partido tomou medidas para afastar a imagem de “extremo”. Enquanto Jean-Marie não objeccionaria a ver o partido ser chamado de extrema-direita, Marine, por exemplo, adota uma retórica de partido republicano e em conformidade às instituições da Quinta República, sendo apenas radicalmente diferente dos partidos mais populares. A FN também redesenhou sua política econômica nas últimas décadas, partindo de suas raízes mais próximas da direita favorável ao livre mercado, para uma mais à esquerda, enfatizando políticas econômicas nacionalistas e igualitárias. A crise da dívida na Grécia gerou um sentimento de suspeita para com a União Europeia e suas políticas liberais que, na percepção popular, promove a diminuição dos empregos na França por meio da terceirização estrangeira e promove um maior fluxo de imigrantes, temas historicamente capitalizados pelo partido. Esses elementos tornaram a FN atraente para pessoas da classe trabalhadora, com menores níveis de educação e insatisfeitas com a democracia francesa. Ademais, o partido tem conseguido atrair eleitores mais jovens e a reduzir significativamente a diferença entre o apoio masculino e feminino a FN (STOCKEMER, 2015).

Observando superficialmente, tem-se a impressão de que foram poucas as mudanças sofridas pela Alemanha no período. A recuperação econômica após a crise foi rápida e Angela Merkel continua como chanceler do país, dez anos depois. No entanto, devido a posição central da Alemanha na União Europeia, a década colocou o país nos holofotes, uma vez que suas decisões frequentemente implicavam em consequências para todo o continente. Apesar de,

¹⁶ A suspeita diante do processo de integração europeia é chamada de Euroceticismo. O termo surge impresso pela primeira vez, de acordo com o *Oxford English Dictionary*, em 1992, em um artigo da revista *The Economist*, relatando a insatisfação da população alemã com uma exigência de atualização das suas leis de pureza de cerveja por parte da união europeia (HOOGHE; MARKS, 2007). Desde então, a palavra se tornou onipresente nos debates sobre o bloco e o seu futuro.

como dito, a Alemanha ter superado a crise financeira de 2008 relativamente incólume, a crise da dívida grega logo em seguida se revelou de maior impacto na política alemã.

German policy makers weighed the costs and benefits of action carefully. A bailout would entail costs—both in terms of taxes and credibility. Germany would have to provide taxpayer money to cover the bad habits of governments that did not manage their economic policies with Teutonic fastidiousness. Almost as importantly, bailouts would require the German government to go back on historic pledges to not bailout profligate Euro member states, reducing its credibility and, hence, its ability to prevent future abuses. However, failure to support these economies could plunge the periphery into a severe depression that could spread to northern Europe. Default would have also endangered German banks and bondholders with exposure to government debt from the PIIGS¹⁷. Depression in southern Europe could also trigger massive immigration into Germany as people would move north looking for employment. These immigrants could adversely affect German labor markets, provoke social unrest and conflict, and place pressures on social insurance (BERNHARD; LEBLANG, 2016, p. 908).

A perspectiva de usar dinheiro alemão para conter a crise na Grécia reverberou domesticamente na Alemanha, catalisando o surgimento de um partido de oposição ao governo e eurocético, *Alternative für Deutschland*¹⁸ (AfD). No entanto, Merkel finalmente negociou uma saída com o Banco Central Europeu¹⁹ e o Fundo Monetário Internacional (em 2011 e mais tarde em 2012) para a Grécia, Portugal e Irlanda, eventualmente acalmando os ânimos do mercado com a Zona do Euro e contendo as repercussões políticas mais graves que uma saída ou completa quebra desses países poderia ter para a União Europeia, como, por exemplo, uma crise de refugiados econômicos gregos para países vizinhos (BERNHARD; LEBLANG, 2016, p. 908).

Ironicamente, seria uma crise de refugiados que dominaria a política alemã nos anos seguintes. O que se iniciou como uma política humanitária visando aliviar o grande influxo de refugiados na Hungria. A abertura das fronteiras alemãs tornou o país um destino atraente para essas pessoas e a dificuldade de conter esse fluxo sem o uso de violência pressionou o governo alemão a aceitar a entrada dos refugiados sem maiores controles na fronteira. Aproximadamente 70% desses refugiados eram homens jovens, vindos do norte da África, Oriente Médio e outras

¹⁷ Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha (*Spain*). Acrônimo para indicar os países com as dívidas mais preocupantes.

¹⁸ Alternativa para a Alemanha. Seu papel na política alemã recente será discutido mais abaixo.

¹⁹ A decisão do Banco Central Europeu de reduzir a taxa de juros a zero para salvar o Euro significou um boom no mercado de ações alemãs e o aumento dos preços no mercado imobiliário. Por outro lado, significou também a erosão das poupanças em Euro em razão das taxas de juros estarem abaixo dos índices de inflação. O resultado foi uma divisão do eleitorado alemão entre os partidários da política econômica de Merkel, mais flexível, e aquela pré-Euro, de estabilidade macroeconômica e previsibilidade.

sociedades predominantemente muçulmanas (DOSTAL, 2017). Estima-se que mais de 1,4 milhões de refugiados entraram na Alemanha desde a abertura das fronteiras em 2015.

O grande número de pessoas de culturas e costumes bastante diversos dos alemães tem levado a tensões na sociedade com relação a identidade alemã e sua relação com uma *Heimat*²⁰ em mudança (DER SPIEGEL, 2018). Parte da população se sente traída pelas lideranças por não terem consultado o povo antes de tomar uma decisão tão importante, outros se ressentem dos incidentes envolvendo imigrantes (como no caso dos abusos cometidos por imigrantes na virada do ano de 2015 em Colônia, e o ataque terrorista de 2016 em Berlim) e outros tem receios quanto as mudanças da Alemanha sob a influência da religião e cultura muçulmana. Ademais, questões quanto às reais motivações para a abertura das fronteiras – puro humanitarismo desinteressado ou atração de mão de obra jovem para suportar o pesado estado de bem-estar social para uma população envelhecida? - e o status desses refugiados – imigrantes econômicos ou refugiados políticos – fragmentam ainda mais as opiniões a respeito do tema (DOSTAL, 2017).

Essas alterações se traduziram politicamente no apoio a partidos alternativos à dinâmica tradicional da política alemã. Destaca-se o AfD (*Alternative für Deutschland*, ou Alternativa para a Alemanha) pelo seu sucesso inesperado nas urnas, e pela novidade de ser um partido de direita no cenário político alemão, em um país que ainda lida com as consequências desastrosas do radicalismo político da segunda guerra mundial (BERBUIR; LEWANDOWSKY; SIRI, 2014). No entanto, observou-se ao longo do tempo uma aproximação cada vez maior com a extrema direita e outros partidos da mesma orientação no continente, migrando da pauta predominantemente eurocética para uma priorização da pauta anti-imigração, sendo esse o tema dominante a motivar o voto no partido nas eleições de 2017, quando atingiu 91 dos 709 assentos do *Bundestag*. Também se observou que o partido ampliou sua base de apoio, atraindo eleitores de todas as classes, independente de renda, educação e gênero. Também contradizem a percepção comum veiculada na mídia alemã de que se trata de pessoas inseguras economicamente e descontentes com a globalização, uma vez que este não foi um tópico relevante na intenção de voto no partido (HANSEN; OLSEN, 2018).

No Reino Unido, a crise financeira suscitou reações populares que seguem a tendência observada em outros países de responsabilização do partido no poder e descontentamento com as instituições. É difícil, no entanto, atribuir as transformações ocorridas no país exclusivamente à crise de 2008, sendo esta apenas um elemento de um contínuo de situações adversas que

²⁰ Embora possa ser traduzida como Pátria ou Terra Natal, a palavra tem também a conotação afetiva de Lar.

afetaram o mundo e, por consequência, o Reino Unido. Apesar dos efeitos econômicos das crises (financeira e grega) não terem sido tão profundos e o Reino Unido ter reagido com relativo sucesso, o fato de conduzir uma política econômica mais independente que o resto da Zona do Euro – aliado à facilidade de ingressar no país graças aos acordos de livre circulação do bloco – tornou o Reino Unido atraente para pessoas em busca de emprego, ao contrário da austeridade das políticas continentais. Esse fluxo migratório de cidadãos da União Europeia parece ser um dos gatilhos da atual onda de euroceticismo britânico, cuja população associava os maiores níveis de imigração com menos ofertas de emprego disponível (ARNORSSON; ZOEGA, 2018).

Historicamente, o apoio britânico à integração europeia sempre foi menos intenso do que em outros países e, ao contrário do continente, o euroceticismo encontrou espaço no discurso partidário inglês. Nos anos 1970, era um traço importante do partido trabalhista (*Labour party*) mas, a partir dos 1980, passou a integrar nichos no discurso do partido conservador (*Conservative party*) fragmentado (HOOGHE; MARKS, 2007). Foi o primeiro ministro Harold Macmillan (conservador) que deu início ao processo de adesão da Inglaterra ao nascente bloco econômico europeu em 1961. No entanto, a entrada da Inglaterra foi vetada durante uma década pelo governo francês do general Charles de Gaulle, que temia que a Inglaterra poderia colocar em risco o projeto. Somente em 1973, no governo do também conservador Edward Heath que a Inglaterra conseguiu ingressar no bloco. Em 1974, foi feita uma consulta a população a respeito da entrada no bloco e 67% dos votantes foram favoráveis, apesar de reservas do partido trabalhista. Nos anos 1980 houve uma mudança na percepção partidária com relação ao projeto europeu. Margaret Thatcher, que 4 anos antes de se tornar primeira ministra, em 1975, fizera campanha para permanecer na Comunidade Econômica Europeia, tornou-se crescentemente desacreditada da União Europeia e, em 1988, fez um discurso em Bruges denunciando o que via como uma tentativa de abafar a nacionalidade e uma crescente concentração de poder nos mecanismos da Comunidade, argumento que se tornaria a base da nova geração de eurocéticos conservadores. Por outro lado, percepções no partido trabalhista viriam a se transformar e com a chegada de Tony Blair à liderança do partido, que prometia comprometimento com a União Europeia, considerando até mesmo aderir ao Euro caso as condições fossem satisfatórias. No governo Gordon Brown, apesar das postura pró-europeia do primeiro ministro, havia maior ceticismo quanto à união monetária, e a crescente integração do bloco com os tratados de Amsterdam e Lisboa levavam os conservadores a falarem abertamente sobre uma saída da união europeia. Por fim, o governo do conservador David Cameron não foi capaz de satisfazer as demandas dos Eurocéticos no seu partido, mesmo

após ir até Bruxelas para reduzir o orçamento do bloco e vetar planos de mais integração. Como solução, decidiu levar a questão ao voto popular, calculando que um parecer positivo da população à permanência no bloco resolveria a questão pelo futuro próximo (HELM, 2016). A opção por deixar o bloco venceu com 17,4 milhões de votos, ou seja, 51,9% do total (BBC, 2016).

TABELA 1 - Principais justificativas para votantes *Remain* e *Leave*²¹.

Main referendum arguments:	Mentioned mainly by	
	Leave voters	Remain voters
Immigration control	X	
No trust in Prime Minister/Government	X	
Cost of EU membership	X	
Security implications	X	
Lack of knowledge and trust	X	
Lack of information	X	X
Economic risk of Brexit		X
Economic stability in the EU		X
Economic benefits from the EU		X

Source: Original poll by Sara B. Hobolt and Christopher Wratil conducted by YouGov between 9 and 11 May 2016. See Hobolt and Wratil (2016) for more details.

Fonte: (HOBOLT, 2016).

Uma análise dos votos no referendo revela o perfil dos eleitores em cada opção. Observou-se que aqueles mais beneficiados pela integração e o comércio internacional, ou seja, indivíduos com maiores níveis de educação, jovens e de boa situação socioeconômica, tinham maior probabilidade a votarem pela permanência no bloco. Já os indivíduos mais pobres, idosos e com menor escolaridade tenderam a votar por deixar o bloco. Entre os que tinham pós-graduação, apenas um quarto votou para deixar a União Europeia, e entre a parcela da população menos educada e sem qualificações, dois terços optaram por sair. Pessoas com 50 anos tinham probabilidade 10% maior de votar a favor do *Brexit* do que pessoas com 33 anos. Homens também superaram as mulheres na escolha por deixar a União Europeia, embora por uma margem pequena de apenas 2%. Entre os principais partidos, aqueles que se declararam conservadores tinham 12% mais chances de votar por sair, enquanto os do partido trabalhista mostraram 23% mais propensos a ficarem. A diferença mais significativa veio do partido UKIP²² – de forma pouco surpreendente, uma vez que a plataforma do partido é ostensivamente pró-*Brexit* – no qual 88% votaram a favor de sair. Com relação as razões que cada grupo utilizou

²¹ “Permanecer” e “Sair” da União Europeia, respectivamente.

²² United Kingdom Independence Party.

para justificar seu voto, a diferença é bastante significativa. Economia e imigração foram altamente correlacionadas com escolha do voto. As pessoas que sentiram que a UE tornou a Grã-Bretanha mais próspera eram significativamente mais propensos a votarem a favor da permanência no bloco, enquanto o contrário foi observado entre aqueles que acreditavam que identidade cultural britânica foi minada com a adesão do país. Dentre as motivações pelo voto, a questão da imigração também se mostrou bastante importante: aqueles que acreditavam que o Reino Unido deveria ter menos imigrantes tinham 32% a mais de chances de votarem a favor do *Brexit* (HOBOLT, 2016).

As reações ao projeto europeu no Reino Unido no referendo sugerem que não são apenas as razões puramente econômicas ou de bem-estar que determinam o apoio ou rejeição ao bloco. As razões para a rejeição se encontram na relação entre diversos fatores materiais e subjetivos que, finalmente, se traduzem em uma justificativa identitária, de apego à identidade nacional e rejeição àquela proposta pela novidade da União Europeia. Essa tendência, como visto ao longo desta seção, tem se manifestado em todos os países estudados.

6 DISCUSSÃO

Observando os desenvolvimentos recentes nos países selecionados, é possível fazer algumas observações sobre os desenvolvimentos da última década.

- Nota-se que dos quatro países listados, nenhum incorreu em profundas mudanças em suas instituições nos últimos anos. Houve, certamente, mudanças significativas em lideranças e políticas como no caso da Itália e Reino Unido respectivamente. O fim do governo Berlusconi iniciou uma era de incerteza na Itália que reviveu a antiga instabilidade política do país. No entanto, isso não significa tanto uma erosão da democracia – uma vez que a política no país é notoriamente fragmentada desde o fim da segunda guerra e uma característica do sistema parlamentar do país – quanto um desenvolvimento comum na república italiana. Por outro lado, o *Brexit* representa um acontecimento de grande vulto no continente europeu e com profundas implicações políticas para o Reino Unido. Todavia, não houve ruptura interna significativa no sistema parlamentar inglês ou em outras de suas instituições políticas tradicionais. Há um temor de que o impasse criado entre o resultado do voto popular pelo *Brexit* e o conceito de soberania parlamentar altere substancialmente os poderes e o parlamento enquanto instituição. Porém, tal mudança não ocorreu no período assinalado e é impossível, no presente momento, prever se isso irá acontecer. Contudo, de forma geral, é possível observar nos quatro países, o fortalecimento de partidos e movimentos políticos não tradicionais como uma tendência importante que, em alguns casos desafiam consensos estabelecidos sobre o funcionamento democrático em seus respectivos países.

- Em todos os países se observou também a alternância de poder de acordo com o previstos nas leis e dentro das instituições do país. Somente a Alemanha preservou algum tipo de continuidade partidária desde 2008 na figura de Angela Merkel, embora seu partido tenha sofrido nas últimas eleições. Desde 2010, após o fim do governo trabalhista de Gordon Brown, o Reino Unido é governado pelo partido Conservador, embora o voto pelo *Brexit* tenha custado o governo de David Cameron e, mais recentemente, a dificuldade de atingir um acordo com a União Europeia tenha custado o governo de Theresa May. A França passou por duas mudanças de governo: Sarkozy para Hollande e finalmente, Macron. No entanto, todas ocorreram por vias democráticas e com ampla participação popular. Apesar da FN de Marine LePen disputar o segundo turno em 2017, foi derrotada com metade dos votos de Macron. Como apresentado no parágrafo precedente, a Itália viu desenvolvimentos mais dramáticos, com o surgimento de partidos *outsider* como LEGA e o M5s, e o arranjo entre os dois partidos é um de conveniência,

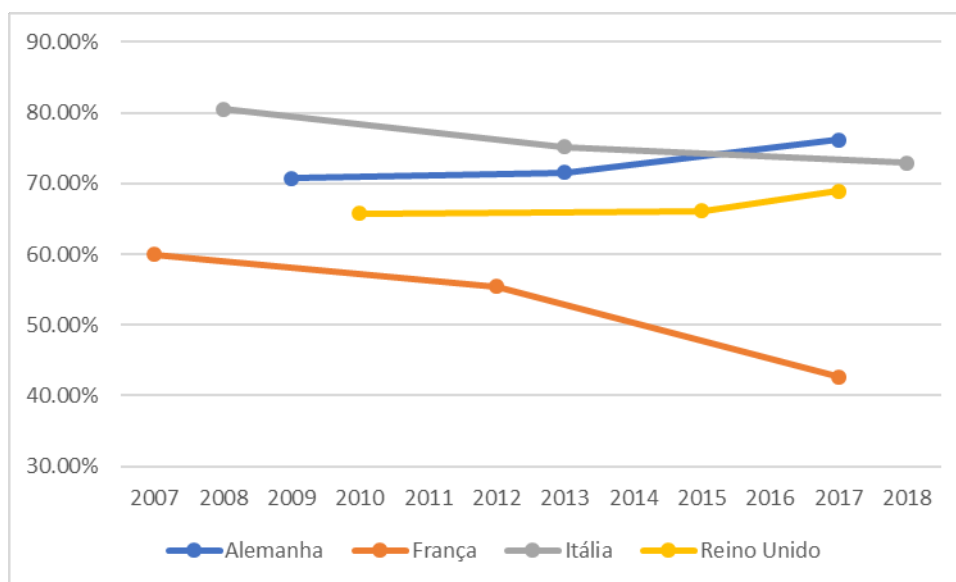
e não de estabilidade, mas não se observou nenhum sério desafio ao regime de alternância de poder no país.

- Também não houve importantes desequilíbrios entre os poderes constituídos nos diferentes países. Houve na Itália uma revisão da lei eleitoral para composição da câmara e senado, resolvendo algumas divergências existente entre as duas em 2017. Existe, no campo da retórica política, os ocasionais ataques ao judiciário (como por Berlusconi em 2003 e mais recentemente por Salvini), sem, no entanto, afetar seriamente o balanço entre os três poderes. Na Inglaterra, é possível falar em um fortalecimento do Parlamento do Reino Unido, caso o *Brexit* ocorra, uma vez que não haverá mais os choques com as diretrizes do Parlamento Europeu, tão criticadas pelos *brexiteers*. No entanto, como mencionado anteriormente, há a questão pendente da soberania parlamentar e o status do mecanismo de referendo (e soberania popular) levantada pelo referendo de 2016. Todavia, esse é um desdobramento que, não somente foge ao período analisado como existe apenas como uma possibilidade no momento e, portanto, não será considerado. E embora a Suprema Corte do Reino Unido tenha surgido em 2009 (dentro do período considerado no presente trabalho), essa se deu em função de reformas ocorridas em 2005, não relacionadas, portanto, com a crise de 2008. Na França e Alemanha, não foram detectados eventos significativos que alterassem o equilíbrio entre os poderes de cada país.

- Com relação ao comparecimento às urnas, os dados mostram Alemanha, Itália e Reino Unido com índices de participação elevados, acima dos 60%, embora Itália tenha demonstrado uma queda sensível ao longo do tempo. Mais expressiva, porém, é a queda da participação do eleitorado francês. Como mostra a Figura 4, desde 2007, houve uma queda significativa na participação dos franceses nas eleições parlamentares. O percentual de comparecimento dos eleitores em eleições presidenciais na França são mais altos, mas também foi registrada uma queda na participação, de 83,97% em 2007 para 74,56% em 2017. Como descrito no capítulo anterior, houve claro avanço de partidos não tradicionais e de pautas distintas daquelas comumente associadas ao *mainstream* político em todos os países estudados, seja o UKIP no Reino Unido, FN na França, AfD na Alemanha e o M5s e LEGA na Itália. No entanto, apenas na Itália esses partidos efetivamente alcançaram o poder e, por hora, operam dentro dos limites institucionais. O *En Marche* de Macron pode ser também considerado um partido não-tradicional na França que obteve o poder. No entanto, sua composição e orientação ideológica se situam mais ao centro, buscando servir de mediador entre os dois lados do

espectro político. Assim, embora recente, não parece adequado classificá-lo como equivalente aos outros mencionados.

FIGURA 4 - Comparecimento às urnas em eleições parlamentares em percentual de votantes.



Fonte: IDEA, 2019.

- Durante o período estudado, houve manifestações populares de grande vulto e com diferentes reivindicações em todos os países listados, como as greves contra reformas previdenciárias na França em 2010 e na Inglaterra em 2011, manifestações sobre a crise dos refugiados, protestos contra ou a favor da União Europeia dentre outras. Embora tais manifestações estejam dentro dos limites esperados de uma democracia com pluralidade de ideias, algumas manifestações com irrupções de violência se destacam no período, como os Tumultos de 2011 na Inglaterra e, mais recentemente, o movimento dos Coletes Amarelos (2018 em diante) na França. Embora o emprego de violência e os métodos desses movimentos sejam diferentes, eles se assemelham à medida que não oferecem um grupo de motivações claras, desafiando uma classificação exata das pautas e reivindicações. Ambas, porém, expressam as tensões e descontentamentos em segmentos da população que sinalizam uma insatisfação com o atual estado das coisas.

- Essa sensação de insatisfação generalizada tem sido tema recorrente de livros e discussões também no nível intelectual, com diferentes enfoques e apontando diagnósticos distintos do momento do continente. De forma apenas exemplificativa, é possível citar *best-sellers* de autores como o de Michel Houellebecq (2015) e o inglês Douglas Murray (2017) que abordam o tema da imigração do ponto de vista da ficção e do jornalismo; Joseph Stiglitz (2016)

que investiga os efeitos da crise do Euro sobre o continente e Thomas Piketty (2015) a respeito da desigualdade; Slavoj Žižek (2019) e Roger Scruton (2017) que abordam a questão da cultura de pontos de vista marxista e conservador, respectivamente; dentre outros. Essa intensa produção literária em busca de uma explicação para os que ocorre no continente sugere que há mudanças importantes ocorrendo, mesmo que seja difícil precisar qual exatamente seja sua natureza. O que, porém, é de interesse para o presente trabalho é que a relação entre o intelectual e o político é bastante estreita, e o fato de o universo acadêmico estar engajado com questões dessa natureza são indício de que as manifestações populares refletem mais do que simples gestos espasmódicos sem sentido.

Apesar da situação nos quatro países citados ter se tornado mais turbulenta na última década do que o experimentado nos anos precedentes a 2008, em todos os aspectos avaliados, a situação é profundamente mais estável do que nos anos 1930. Os efeitos e consequências não antecipadas da crise de 2008, embora graves em diversos países do mundo e até mesmo catastrófica em outros, não ocasionaram o nível de desorganização social que os reflexos do *Crash* da Bolsa em 1929 tiveram nos países escolhidos para análise. Como demonstrado pelo fato de Mussolini ter alcançado o poder desde antes do *crash* de 1929, a democracia na Europa já se encontrava sob ataque há anos. Os efeitos subsequentes da crise tiveram ação catalítica em um continente que se encontrava política e socialmente fragilizado pelos efeitos ainda não completamente superados de uma guerra anterior. A organização paramilitar de partidos políticos na Alemanha, a sequência de governos impopulares e protestos violentos na França, a guerra da independência irlandesa e a crise da libra esterlina na Inglaterra, e o fascismo na Itália dos anos 1930 têm paralelos apenas muito superficiais – e frequentemente empregados de forma sensacionalista - no atual cenário político desses mesmos países.

Não se pode ignorar que, desde a crise de 2008, a Europa tem passado por mudanças importantes e por tensões que demandam atenção por parte das lideranças do continente. Os indícios discutidos sugerem razões profundas que podem, a depender das respostas oferecidas pelas lideranças políticas, se agravar consideravelmente. No entanto, dentro do período observado, as instituições democráticas têm funcionado sem sérias ameaças à sua continuidade nos países analisados, algo bastante diferente da realidade observada há quase 100 anos atrás.

7 CONCLUSÃO

A historiografia considera o ano de 1929 um marco na história moderna pelas repercussões da crise econômica no mundo todo e encerrando um período de relativo otimismo e expectativa quanto ao futuro da Europa após a primeira guerra mundial. A insatisfação popular causada pela depressão em diversos países levou ao surgimento de movimentos políticos antidemocráticos e autoritários que, em alguns anos, mergulharia o continente nos trágicos eventos da segunda guerra mundial.

O ano de 2008 será lembrado de maneira semelhante? É difícil dizer que sim. Apesar da gravidade da crise de 2008, seus efeitos globais não foram tão dramáticos quanto a de 1929 para ser considerada tão determinante no sentimento de insatisfação da população europeia no geral. Se cabe a ela alguma parcela de responsabilidade, é como o gatilho de eventos mais próximos à realidade da União Europeia, como a crise da dívida soberana grega. De fato, ao fim do período de 10 anos analisados, questões de identidade nacional e imigração parecem estar muito mais à frente das considerações imediatas do europeu do que qualquer outro tema e a relação de causa e efeito desses eventos com a crise de 2008 é elusivo – não parece muito claro o elo entre a crise dos refugiados com o crise financeira, por exemplo. É claro, no entanto, que houve mudanças importantes nos rumos políticos do continente. O otimismo com o projeto europeu se encontra bastante abalado e partidos e organizações políticas eurocéticas têm ganhado espaço em todos os países estudados, com consequências importantes, como o *Brexit* no Reino Unido. Ademais, euroceticismo e imigração são dois temas recorrentes na retórica desses partidos, sintetizados em apelos identitários nacionalistas e populistas. Como isso vai se traduzir concretamente para o futuro da união europeia ainda é uma questão em aberto. É possível que tais sentimentos sejam passageiros e logo retornem à normalidade. É possível também que se tornem mais intensos e coloquem a própria existência do bloco. No entanto, da forma que estão, já se colocam como obstáculos importantes ao avanço institucional da União e desafios significativos para lideranças nacionais comprometidas com o projeto de integração Europeia.

Ao fim de 10 anos, a Europa hoje se encontra em uma situação muito mais estável do que se encontrava ao fim dos anos 1930. Apesar do descontentamento com as lideranças e, em alguns casos, com o sistema democrático, não existem movimentos políticos abertamente autoritários e beligerantes com expressão significativa nos países, não obstante a postura contrária ao consenso liberal vigente das últimas décadas. É impossível também afirmar que há

uma ressurgência do sentimento totalitário no continente europeu. Como visto, o totalitarismo é um fenômeno de difícil reprodução dado nível de comprometimento e de insatisfação necessários para sua realização. O sentimento popular quanto a necessidade de colocar as coisas em ordem pode oferecer uma porta de entrada para desenvolvimentos autoritários realmente radicais e violentos no continente, mas, no momento, não é óbvio que seja esse o rumo inevitável da política no continente. É, no entanto, claro que, por hora, o projeto Europeu se encontra em *standby*, com as ambições mais idealistas de integração da União Europeia severamente questionadas, diante de uma onda de recrudescimento do sentimento nacionalista e do apego à identidade local.

REFERÊNCIAS

- ANNUNZIATA, Marco. **Twenty Years And Nothing To Show For It: Italy's Broken Economic Model**. 2018. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/marcoannunziata/2018/04/14/twenty-years-and-nothing-to-show-for-it-italys-broken-economic-model/#df3c6711a38b>>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ARNORSSON, Agust; ZOEGA, Gylfi. On the causes of Brexit. **European Journal Of Political Economy**, [s.l.], v. 55, p.301-323, dez. 2018. Elsevier BV.
- BALMER, Crispian. **Italy's League leaves northern bastions, bangs anti-migrant drum**. 2018. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-italy-election-league/italys-league-leaves-northern-bastions-bangs-anti-migrant-drum-idUSKBN1FT1Q9>>. Acesso em: 03 jul. 2019.
- BAUDCHON, Hélène. **Overview of the French economy**. Paris, Fr: Bnp Paribas, 2017. 7 p. Disponível em: <<https://economic-research.bnpparibas.com/Views/DisplayPublication.aspx?type=document&IdPdf=29951>>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- BBC (Reino Unido). **EU Referendum: Results**. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/politics/eu_referendum/results>. Acesso em: 01 jul. 2019.
- BERBUIR, Nicole; LEWANDOWSKY, Marcel; SIRI, Jasmin. The AfD and its Sympathisers: Finally a Right-Wing Populist Movement in Germany?. **German Politics**, [s.l.], v. 24, n. 2, p.154-178, 24 nov. 2014. Informa UK Limited.
- BERDYAEV, Nikolai. **Uma nova idade média: reflexões sobre o destino da Rússia e da Europa**. Curitiba: Arcádia, 2017. *E-book*.
- BERNHARD, William T.; LEBLANG, David. Sovereign Debt, Migration Pressure, and Government Survival. **Comparative Political Studies**, [s.l.], v. 49, n. 7, p.907-938, 3 jan. 2016. SAGE Publications.
- BIERMAN JR., Harold. The 1929 Stock Market Crash. In: PARKER, R. E.; WHAPLES, R. **Routledge Handbook of Major Events in Economic History**. Londres: Routledge, 2013 p.119-126
- BOSWORTH, Richard J. B.. **Mussolini's Italy: life under the fascist dictatorship, 1915-1945**. Estados Unidos: Penguin Press, 2006.
- BYTWERK, Randall L. The Argument for Genocide in Nazi Propaganda. **Quarterly Journal Of Speech**, [s.l.], v. 91, n. 1, p.37-62, fev. 2005. Informa UK Limited.
- CASSINELLI, C. W. Totalitarianism, Ideology, and Propaganda. **The Journal Of Politics**, [s.l.], v. 22, n. 1, p.68-95, fev. 1960. University of Chicago Press.

CECCARINI, Luigi; BORDIGNON, Fabio. The five stars continue to shine: the consolidation of Grillo's 'movement party' in Italy. **Contemporary Italian Politics**, [s.l.], v. 8, n. 2, p.131-159, 3 maio 2016. Informa UK Limited.

CHANCELLOR, Edward. **Salve-se quem puder: uma história da especulação financeira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CLIFT, Ben. Le Changement? French Socialism, the 2012 Presidential Election and the Politics of Economic Credibility amidst the Eurozone Crisis. **Parliamentary Affairs**, [s.l.], v. 66, n. 1, p.106-123, 10 dez. 2012. Oxford University Press (OUP).

CORNER, Paul. Everyday Fascism in the 1930s: Centre and Periphery in the Decline of Mussolini's Dictatorship. **Contemporary European History**, [s.l.], v. 15, n. 02, p.195-222, maio 2006. Cambridge University Press (CUP).

DAUDERSTÄDT, Michael. Germany's socio-economic model and the Euro crisis. **Revista de Economia Política**, [s.l.], v. 33, n. 1, p.3-16, mar. 2013. FapUNIFESP (SciELO).

DER SPIEGEL. **The Changing Face of the Country**. 2018. Disponível em: <<https://www.spiegel.de/international/germany/germany-and-immigration-the-changing-face-of-the-country-a-1203143.html>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

DIAMOND, Larry. Facing Up to the Democratic Recession. **Journal Of Democracy**, [s.l.], v. 26, n. 1, p.141-155, 2015. Project Muse.

DONADIO, Rachel; POVOLEDO, Elisabetta. **Berlusconi Steps Down, and Italy Pulses With Change**. 2011. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2011/11/13/world/europe/silvio-berlusconi-resign-italy-austerity-measures.html>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

DOSTAL, Jörg Michael. The German Federal Election of 2017: How the Wedge Issue of Refugees and Migration Took the Shine off Chancellor Merkel and Transformed the Party System. **The Political Quarterly**, [s.l.], v. 88, n. 4, p.589-602, out. 2017. Wiley.

EMMERSON, Carl; TETLOW, Gemma. **How did the financial crisis change Europe?** 2015. Disponível em: <<https://www.weforum.org/agenda/2015/12/how-did-the-financial-crisis-change-europe/>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

EVANS, Jocelyn; IVALDI, Gilles. The 2017 Presidential Election: Continuity and Change. **The 2017 French Presidential Elections**, [s.l.], p.17-44, 15 dez. 2017. Springer International Publishing.

FERGUSON, Niall. **A Guerra do mundo: a era do ódio na história**. São Paulo: Planeta, 2015.

FORBES. **È di nuovo recessione? Com'è cambiata l'Italia dalla crisi del 2008 a oggi**. 2019. Disponível em: <<https://forbes.it/2019/06/24/vodafone-5g-forbes-digital-summit/>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

FREEDOM HOUSE. **Freedom in the World 2019: Democracy in retreat.** 2019. Disponível em: <https://freedomhouse.org/sites/default/files/Feb2019_FH_FITW_2019_Report_ForWeb-compressed.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2019.

GEDULD, Harry M.. Bernard Shaw and Adolf Hitler. **The Shaw Review**, v.4, n.1, p.11-20, jan. 1961. Penn State University Press.

GENTILE, Emilio. Le silence de Hannah Arendt: L'interprétation du fascisme dans Les origines du totalitarisme. **Revue D'histoire Moderne Et Contemporaine**, [s.l.], v. 55-3, n. 3, p.11-34, 2008. CAIRN.

GORTON, Gary; METRICK, Andrew. The financial crisis of 2007-2009. In: PARKER, R. E.; WHAPLES, R. **Routledge Handbook of Major Events in Economic History**. Londres: Routledge, 2013 p.378-388

GOUIFFÈS, Pierre-françois. **Les huit conséquences désastreuses de la crise de 2008 sur la France.** 2014. Disponível em: <<https://www.latribune.fr/blogs/generation-deficits/20140915tribe3d93ecbb/les-huit-consequences-desastreuses-de-la-crise-de-2008-sur-la-france.html>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

HANSEN, Michael A.; OLSEN, Jonathan. Flesh of the Same Flesh: A Study of Voters for the Alternative for Germany (AfD) in the 2017 Federal Election. **German Politics**, [s.l.], v. 28, n. 1, p.1-19, 22 ago. 2018. Informa UK Limited.

HELM, Tony. **British Euroscepticism: a brief history.** 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/politics/2016/feb/07/british-euroscepticism-a-brief-history>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

HOBOLT, Sara B.. The *Brexit* vote: a divided nation, a divided continent. **Journal Of European Public Policy**, [s.l.], v. 23, n. 9, p.1259-1277, 7 set. 2016. Informa UK Limited.

HOUELLEBECQ, Michel. **Submissão.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2015. 253 p.

HOOGE, Liesbet; MARKS, Gary. Sources of Euroscepticism. **Acta Politica**, [s.l.], v. 42, n. 2-3, p.119-127, 21 jun. 2007. Springer Science and Business Media LLC.

IDEA - INSTITUTE FOR DEMOCRACY AND ELECTORAL ASSISTANCE. **Voter turnout database.** 2019. Disponível em: <<https://www.idea.int/data-tools/data/voter-turnout>>. Acesso em: 31 out. 2019.

KERSHAW, Ian. **De volta do inferno - Europa, 1914-1949.** São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

KHAN, Mehreen. Eight charts showing where it all went wrong for France. **The Telegraph.** 2014. Disponível em: <<https://www.telegraph.co.uk/finance/economics/11176436/Eight-charts-showing-where-it-all-went-wrong-for-France.html>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

KITSON, Michael. Britain's withdrawal from the gold standard. In: PARKER, R. E.; WHAPLES, R. **Routledge Handbook of Major Events in Economic History**. Londres: Routledge, 2013 p.127-137

KROGSTAD, Jens Manuel; FLORES, Antonio. **After nearly a decade, the EU's unemployment rate is returning to pre-recession levels**. 2018. Disponível em: <<https://www.weforum.org/agenda/2018/07/eu-unemployment-rate-falls-to-near-pre-recession-low>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

KUHN, Raymond. Mister Unpopular: François Hollande and the Exercise of Presidential Leadership, 2012–14. **Modern & Contemporary France**, [s.l.], v. 22, n. 4, p.435-457, 2 out. 2014. Informa UK Limited.

LENIN, Vladimir. **The State and Revolution: The Marxist Theory of the State & the Tasks of the Proletariat in the Revolution**. 1999. Elaborada por: Lenin Internet Archive. Disponível em: <<https://www.marxists.org/ebooks/lenin/state-and-revolution.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2019.

LE POINT. **Le FN, un parti comme les autres, selon les Français**. 2015. Disponível em: <https://www.lepoint.fr/politique/le-fn-un-parti-comme-les-autres-selon-les-francais-30-01-2015-1901137_20.php>. Acesso em: 05 jul. 2019.

LEVI, Neil. "Judge for Yourself!": The "Degenerate Art" Exhibition as Political Spectacle. **October**, [s.l.], v. 85, p.41-64, 1998. The MIT Press.

MATTESINI, Fabrizio; QUINTIERI, Beniamino. Italy and the Great Depression: An Analysis of the Italian Economy, 1929–1936. **Explorations In Economic History**, [s.l.], v. 34, n. 3, p.265-294, jul. 1997. Elsevier BV.

MARICHAL, Carlos. **Nova história das grandes crises financeiras: uma perspectiva global, 1873-2018**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

MÉNY, Yves. A tale of party primaries and outsider candidates: the 2017 French presidential election. **French Politics**, [s.l.], v. 15, n. 3, p.265-278, 13 jul. 2017. Springer Nature.

MURO, Diego; VIDAL, Guillem. Political mistrust in southern Europe since the Great Recession. **Mediterranean Politics**, [s.l.], v. 22, n. 2, p.197-217, 14 abr. 2016. Informa UK Limited.

MURRAY, Douglas. **The Strange Death of Europe: Immigration, Identity, Islam**. Londres: Bloomsbury, 2017.

NISBET, Robert A.. Rousseau and Totalitarianism. **The Journal Of Politics**, [s.l.], v. 5, n. 2, p.93-114, maio 1943. University of Chicago Press.

OBER, Josiah. The Original Meaning of 'Democracy': Capacity to Do Things, Not Majority Rule. **Ssrn Electronic Journal**, [s.l.], p.1-7, 2007. Elsevier BV.

_____. What the Ancient Greeks Can Tell Us About Democracy. **Annual Review Of Political Science**, [s.l.], v. 11, n. 1, p.67-91, jun. 2008. Annual Reviews.

OFFICE FOR NATIONAL STATISTICS. **The 2008 recession 10 years on:** A decade after the beginning of the recession, how has the UK economy recovered? Disponível em: <<https://www.ons.gov.uk/economy/grossdomesticproductgdp/articles/the2008recession10years/2018-04-30>> Acesso em: 20 de jun. 2019.

PARKER, Randall E.. The Great Depression. *In*: PARKER, R. E.; WHAPLES, R. **Routledge Handbook of Major Events in Economic History**. Londres: Routledge, 2013 p.138-150

PEDEN, George C.. The "Treasury View" on Public Works and Employment in the Interwar Period. **The Economic History Review**, [s.l.], v. 37, n. 2, p.167-181, maio 1984. JSTOR.

PIKETTY, Thomas. **A economia da desigualdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015. 154 p.

REDMAN, Ben Ray. Arthur Koestler: Radical's Progress. **The English Journal**, [s.l.], v. 40, n. 10, p.541-546, dez. 1951. JSTOR.

RITSCHL, Albrecht. Deficit Spending in the Nazi Recovery, 1933–1938: A Critical Reassessment. **Journal Of The Japanese And International Economies**, [s.l.], v. 16, n. 4, p.559-582, dez. 2002. Elsevier BV.

ROMEI, Valentina. **Why Italy's economy is stagnating:** Leading economists tell the FT why the government's budget is not the solution. 2018. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/b3c85b34-e10a-11e8-a6e5-792428919cee>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

ROUSSEAU, Jean-jacques. **O Contrato Social:** Princípios do Direito Político. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 186 p. Tradução de: Antonio de Pádua Danesi.

SAMUELSON, Paul A.. Myths and realities about the Crash and depression*. **The Journal Of Portfolio Management**, [s.l.], v. 6, n. 1, p.7-10, 31 out. 1979. Institutional Investor Journals.

SHIRER, William L.. **The Collapse of the Third Republic: An Inquiry into the Fall of France in 1940**. Estados Unidos: RosettaBooks LLC, 2014.

SCRUTON, Roger. **Where we are:** The state of Britain now. New York: Bloomsbury Continuum, 2017. 256 p.

SIMS, Amy R.. **Intellectuals In Crisis:** Historians Under Hitler. 2003. Disponível em: <<https://www.vqronline.org/essay/intellectuals-crisis-historians-under-hitler>>. Acesso em: 21 set. 2019.

STIGLITZ, Joseph. **The Euro:** How a common currency threatens the future of Europe. New York: W. W. Norton & Company, 2016. 263 p.

STOCKEMER, Daniel. Introduction to the special issue: Explaining the spike in electoral support for the Front National in France. **French Politics**, [s.l.], v. 13, n. 4, p.319-323, 4 nov. 2015. Springer Science and Business Media LLC.

TAYLOR, Alan J.P. **A Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

THE ECONOMIST. **The origins of the financial crisis**: crash course. Disponível em: <<https://www.economist.com/schools-brief/2013/09/07/crash-course>> Acesso em: 20 de jun. 2019.

THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. **Democracy Index 2018: Me too?:** Political participation, protest and democracy. [s.l.]: The Economist, 2019. 68 p.

THE EDITORIAL BOARD. The New York Times. **The Populists Take Rome**. 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/05/24/opinion/populists-rome-five-star-movement.html>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

THOMASSEN, Jacques. Democratic Values. **Oxford Handbooks Online**, [s.l.], p.1-19, 9 ago. 2007. Oxford University Press.

THURSTON, Robert W.. The Soviet family during the great terror, 1935–1941. **Soviet Studies**, [s.l.], v. 43, n. 3, p.553-574, jan. 1991. Informa UK Limited.

TOCQUEVILLE, Alexis de; MANSFIELD, Harvey C (Ed.); WINTHROP, Delba. **Democracy in America**. Chicago: The University Of Chicago Press, 2000. 722 p.

TOCQUEVILLE, Alexis de; NOLLA, Eduardo (Ed.). **Democracy in America**: Historical-Critical Edition of De la démocratie en Amérique. Indianapolis: Liberty Fund, 2010. 1688 p.

TOURAINÉ, Alain. **What is democracy?** 1992. Disponível em: <<https://en.unesco.org/courier/novembre-1992/what-democracy>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

VERDE, Antimo. The Greek Debt Crisis: Causes, Policy Responses and Consequences. **Europe And The Financial Crisis**, [s.l.], p.143-164, 2011. Palgrave Macmillan UK.

VIGNOLLE, Camille. **Rousseau et Voltaire**: Deux génies que tout oppose. 2018. Disponível em: <https://www.herodote.net/Rousseau_et_Voltaire-synthese-367.php>. Acesso em: 01 ago. 2019.

VON GOETHE, Johann Wolfgang. **Faust Der Tragödie**: zweiter Teil. 2006. Disponível em: <http://www.digbib.org/Johann_Wolfgang_von_Goethe_1749/Faust_II_.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.

WELCH, David. Nazi Propaganda and the Volksgemeinschaft: Constructing a People's Community. **Journal Of Contemporary History**, [s.l.], v. 39, n. 2, p.213-238, abr. 2004. SAGE Publications.

WIKIART. **Metropolis - Otto Dix**. 2017. Disponível em: <<https://www.wikiart.org/en/otto-dix/metropolis>>. Acesso em: 29 out. 2019.

ZAHARIADIS, Nikolaos. Complexity, coupling and policy effectiveness: the European response to the Greek sovereign debt crisis. **Journal Of Public Policy**, [s.l.], v. 32, n. 2, p.99-116, 15 jun. 2012. Cambridge University Press (CUP).

ZIZEK, Slavoj. **A coragem da desesperança:** Crônicas de um ano em que agimos perigosamente. Rio de Janeiro: Zahar, 2019. 368 p.